

Informações Financeiras Intermediárias

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

*Em 31 de março de 2026 e relatório sobre a revisão de
informações financeiras intermediárias*



BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS	9
1. Base de apresentação.....	9
2. Práticas contábeis materiais.....	9
3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	9
4. Receita de vendas.....	10
5. Custos e despesas por natureza	11
6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....	12
7. Resultado financeiro líquido	12
8. Informações por segmento	13
9. Contas a receber	15
10. Estoques.....	16
11. Pagamentos antecipados	17
12. Fornecedores	17
13. Tributos	17
14. Benefícios a empregados.....	21
15. Processos judiciais e contingências	25
16. Provisão para desmantelamento de áreas.....	29
17. Outros ativos e passivos	30
18. Imobilizado	30
19. Intangível	32
20. Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>).....	33
21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás.....	34
22. Investimentos	35
23. Vendas de ativos e outras operações com ativos.....	36
24. Financiamentos	37
25. Arrendamentos.....	39
26. Patrimônio líquido	40
27. Gerenciamento de riscos financeiros.....	43
28. Partes relacionadas	50
29. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa.....	53
30. Eventos subsequentes	54
31. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026.....	55
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIOS SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	57
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR.....	58

BALANÇO PATRIMONIAL
PETROBRAS

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.294	35.608	3.732	2.316
Aplicações financeiras	3	13.306	15.000	12.126	14.775
Contas a receber, líquidas	9	22.240	25.461	95.121	88.627
Estoques	10	48.556	45.173	40.897	38.682
Tributos sobre o lucro	13	3.676	3.621	3.487	3.408
Impostos e contribuições	13	7.090	7.526	6.543	7.013
Pagamentos antecipados	11	3.177	2.573	2.200	1.848
Outros ativos	17	8.057	4.928	5.733	4.844
		140.396	139.890	169.839	161.513
Ativos classificados como mantidos para venda	23	137	136	874	872
Ativo circulante		140.533	140.026	170.713	162.385
Contas a receber, líquidas	9	3.377	4.683	3.147	4.343
Depósitos judiciais	15	83.336	81.510	82.916	81.033
Tributos sobre o lucro	13	1.994	2.008	1.910	1.931
Tributos diferidos sobre o lucro	13	8.318	5.586	-	-
Impostos e contribuições	13	23.874	22.982	23.484	22.639
Pagamentos antecipados	11	21.670	23.317	22.719	24.366
Outros ativos	17	2.008	1.744	1.838	1.586
Ativo realizável a longo prazo		144.577	141.830	136.014	135.898
Investimentos	22	3.091	3.024	329.684	346.724
Imobilizado	18	943.869	924.624	952.360	933.998
Intangível	19	13.998	13.885	13.651	13.561
Ativo não circulante		1.105.535	1.083.363	1.431.709	1.430.181
Total do ativo		1.246.068	1.223.389	1.602.422	1.592.566

Passivo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fornecedores	12	39.086	40.948	39.670	42.071
Financiamentos	24	12.970	12.027	201.283	160.408
Arrendamentos	25	53.477	55.226	53.966	56.090
Tributos sobre o lucro	13	8.760	7.110	6.438	4.292
Impostos, contribuições e participações governamentais	13	25.651	20.966	25.332	20.690
Dividendos propostos	26	114	11.530	-	11.415
Provisão para desmantelamento de áreas	16	15.457	16.233	15.360	16.127
Benefícios a empregados	14	19.597	20.937	18.202	19.500
Outros passivos	17	13.482	12.825	10.673	11.276
		188.594	197.802	370.924	341.869
Passivos associados a ativos mantidos para venda	23	572	566	572	566
Passivo circulante		189.166	198.368	371.496	342.435
Financiamentos	24	130.754	133.462	301.051	355.050
Arrendamentos	25	174.490	183.310	177.785	187.032
Tributos sobre o lucro	13	3.133	3.168	3.111	3.144
Tributos diferidos sobre o lucro	13	49.494	34.965	54.176	39.684
Benefícios a empregados	14	85.943	84.553	84.270	82.946
Provisão para processos judiciais e administrativos	15	17.586	17.881	16.888	17.165
Provisão para desmantelamento de áreas	16	139.919	140.656	139.536	140.182
Outros passivos	17	9.211	9.439	8.920	9.142
Passivo não circulante		610.530	607.434	785.737	834.345
Passivo circulante e não circulante		799.696	805.802	1.157.233	1.176.780
Capital subscrito e integralizado	26	205.432	205.432	205.432	205.432
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		3.106	3.106	3.322	3.322
Reservas de lucros	26	158.278	158.278	158.062	158.062
Lucros acumulados		32.755	-	32.755	-
Outros resultados abrangentes	26	45.618	48.970	45.618	48.970
Atribuído aos acionistas da controladora		445.189	415.786	445.189	415.786
Atribuído aos acionistas não controladores		1.183	1.801	-	-
Patrimônio líquido		446.372	417.587	445.189	415.786
Total do passivo		1.246.068	1.223.389	1.602.422	1.592.566

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar	2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Receita de vendas	4	123.686	123.144	128.167	121.652
Custo dos produtos e serviços vendidos	5	(64.084)	(62.435)	(65.656)	(63.233)
Lucro bruto		59.602	60.709	62.511	58.419
Despesas					
Vendas	5	(7.969)	(6.376)	(7.233)	(6.906)
Gerais e administrativas	5	(2.517)	(2.592)	(2.092)	(2.219)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	21	(726)	(1.811)	(604)	(1.739)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.316)	(1.179)	(1.316)	(1.179)
Tributárias		(2.483)	(722)	(1.938)	(358)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	20	2.180	(290)	2.179	(311)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(5.554)	(5.194)	(3.993)	(4.501)
		(18.385)	(18.164)	(14.997)	(17.213)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro		41.217	42.545	47.514	41.206
Resultado financeiro líquido	7	7.866	10.595	2.667	6.117
Receitas financeiras		1.758	1.737	2.853	3.211
Despesas financeiras		(5.179)	(5.744)	(11.572)	(12.350)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		11.287	14.602	11.386	15.256
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	53	495	888	5.296
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		49.136	53.635	51.069	52.619
Tributos sobre o lucro	13	(16.375)	(18.304)	(18.406)	(17.410)
Lucro líquido do período		32.761	35.331	32.663	35.209
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		32.663	35.209	32.663	35.209
Acionistas não controladores		98	122	-	-
Lucro líquido do período		32.761	35.331	32.663	35.209
Lucro básico e diluído por ação ON e PN (em R\$)	26	2,53	2,73	2,53	2,73

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar	2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Lucro líquido do período		32.761	35.331	32.663	35.209
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	14	-	4	-	-
		-	4	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas		-	-	-	4
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Resultados não realizados com <i>hedge</i> de fluxo de caixa - exportações					
Reconhecidos no patrimônio líquido		19.734	28.940	19.734	28.940
Transferidos para o resultado		2.665	4.228	2.654	4.237
Tributos diferidos sobre o lucro		(7.616)	(11.277)	(7.612)	(11.280)
	27	14.783	21.891	14.776	21.897
Ajustes de conversão em investidas ⁽¹⁾					
Reconhecidos no patrimônio líquido		(18.142)	(27.957)	(18.142)	(27.954)
		(18.142)	(27.957)	(18.142)	(27.954)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas					
Reconhecidos no patrimônio líquido	22	7	685	14	679
		7	685	14	679
Outros resultados abrangentes		(3.352)	(5.377)	(3.352)	(5.374)
Resultado abrangente total		29.409	29.954	29.311	29.835
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		29.311	29.835	29.311	29.835
Acionistas não controladores		98	119	-	-
Resultado abrangente total		29.409	29.954	29.311	29.835

(1) No Consolidado, inclui efeito devedor de R\$ 156 (efeito de R\$ 1.041, em 31 de março de 2025), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		32.761	35.331	32.663	35.209
Ajustes para:					
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	14	2.837	2.436	2.760	2.368
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	(53)	(495)	(888)	(5.296)
Depreciação, depleção e amortização	29	21.614	18.976	22.262	19.639
Perda (reversão), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	20	(2.180)	290	(2.179)	311
Ajuste a valor realizável líquido	10	1	37	-	-
Reversões, líquidas, de crédito esperadas		(43)	(112)	(45)	(121)
Baixa de poços	21	85	1.202	12	1.202
Resultado com alienações e baixa de ativos	6	(392)	(324)	(387)	(317)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(8.928)	(11.810)	(4.183)	(7.853)
Tributos sobre o lucro	13	16.375	18.304	18.406	17.410
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas		1.823	1.870	1.819	1.864
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	6	(616)	(403)	(616)	(403)
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	6	(730)	(905)	(729)	(903)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	6	696	1.163	660	1.064
Equalização de gastos - AIP	18	36	23	36	23
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(1.257)	962	(39.356)	(6.805)
Estoques		(4.098)	(2.126)	(2.212)	(623)
Depósitos judiciais		(123)	(1.061)	(166)	(995)
Outros ativos		(3.526)	2.249	(833)	215
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(1.503)	(3.266)	(2.284)	(2.194)
Impostos, contribuições e participações governamentais		3.672	987	3.654	1.210
Planos de pensão e de saúde		(1.396)	(1.257)	(1.387)	(1.248)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(839)	(2.211)	(808)	(2.194)
Outros benefícios a empregados		(1.408)	636	(1.371)	641
Provisão para desmantelamento de áreas		(1.948)	(1.073)	(1.874)	(1.062)
Outros passivos		2.600	(299)	1.294	(474)
Tributos sobre o lucro pagos		(9.485)	(9.786)	(8.832)	(8.903)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		43.975	49.338	15.416	41.765
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(23.734)	(23.297)	(23.340)	(22.867)
Adições em investimentos		(164)	(1)	(207)	(73)
Recebimentos pela venda de ativos - Desinvestimentos		1.311	2.729	1.311	2.729
Compensação financeira por Acordos de Coparticipação		1.645	2.140	1.645	2.140
Resgates em aplicações financeiras ⁽¹⁾		2.121	8.149	3.075	17.407
Dividendos recebidos ⁽²⁾		9	45	15	164
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(18.812)	(10.235)	(17.501)	(500)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Participação de acionistas não controladores		(712)	246	-	-
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:					
Captações	24	6.948	3.009	47.304	21.321
Amortizações de principal - financiamentos	24	(3.613)	(2.777)	(12.887)	(23.043)
Amortizações de juros - financiamentos ⁽²⁾	24	(3.103)	(2.948)	(5.986)	(6.272)
Amortizações de arrendamentos	25	(12.834)	(12.237)	(13.291)	(12.678)
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras	26	(11.639)	(16.587)	(11.639)	(16.587)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		-	(150)	-	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos		(24.953)	(31.444)	3.501	(37.259)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(1.524)	(953)	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(1.314)	6.706	1.416	4.006
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		35.608	20.254	2.316	3.134
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		34.294	26.960	3.732	7.140

(1) Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.

(2) A companhia classifica dividendos/juros recebidos e juros pagos como fluxo de caixa das atividades de investimentos e fluxo de caixa das atividades de financiamento, respectivamente.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital subscrito e integralizado	Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025		205.432	(2.241)	94.977	67.838	-	366.006	1.508	367.514
Cancelamento de ações em tesouraria	26.2	-	5.563	(5.563)	-	-	-	-	-
Transações de capital		-	-	-	-	-	-	247	247
Lucro líquido do período		-	-	-	-	35.209	35.209	122	35.331
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(5.374)	-	(5.374)	(3)	(5.377)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(112)	(112)
Saldos em 31 de março de 2025		205.432	3.322	89.414	62.464	35.209	395.841	1.762	397.603
Saldo em 1º de janeiro de 2026		205.432	3.322	158.062	48.970	-	415.786	1.801	417.587
Transações de capital		-	-	-	-	-	-	(712)	(712)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	32.663	32.663	98	32.761
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(3.352)	-	(3.352)	-	(3.352)
Dividendos prescritos	26.4	-	-	-	-	92	92	-	92
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Saldos em 31 de março de 2026		205.432	3.322	158.062	45.618	32.755	445.189	1.183	446.372

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	167.190	160.542	171.128	158.623
Reversões, líquidas, de crédito esperadas	43	112	45	121
Receitas relativas à construção de ativos para uso	23.770	19.170	23.656	18.980
	191.003	179.824	194.829	177.724
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(20.962)	(23.149)	(18.865)	(21.052)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.786)	(28.883)	(38.380)	(31.735)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(11.172)	(11.435)	(11.664)	(11.851)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	2.180	(290)	2.179	(311)
	(66.740)	(63.757)	(66.730)	(64.949)
Valor adicionado bruto	124.263	116.067	128.099	112.775
Depreciação, depleção e amortização	(21.614)	(18.976)	(22.262)	(19.639)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	102.649	97.091	105.837	93.136
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	53	495	888	5.296
Receitas financeiras	1.758	1.737	2.853	3.211
Aluguéis, royalties e outros	1.283	1.118	1.947	1.769
	3.094	3.350	5.688	10.276
Valor adicionado total a distribuir	105.743	100.441	111.525	103.412
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	5.232	5.034	4.574	4.471
Programas de remuneração variável	1.819	1.686	1.633	1.528
	7.051	6.720	6.207	5.999
Benefícios				
Vantagens	550	312	429	259
Plano de aposentadoria e pensão	1.137	1.107	1.097	1.071
Plano de saúde	2.287	1.847	2.183	1.759
	3.974	3.266	3.709	3.089
FGTS	416	358	381	327
	11.441	10.344	10.297	9.415
Tributos e participações governamentais				
Federais ⁽¹⁾	44.084	44.007	46.116	43.312
Estaduais	17.306	14.535	17.118	14.329
Municipais	196	144	83	40
No exterior	1.003	945	-	-
	62.589	59.631	63.317	57.681
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	(2.823)	(6.234)	3.472	(282)
Despesas de aluguéis e arrendamentos	1.775	1.369	1.776	1.389
	(1.048)	(4.865)	5.248	1.107
Acionistas				
Resultado dos acionistas não controladores	98	122	-	-
Lucros retidos	32.663	35.209	32.663	35.209
	32.761	35.331	32.663	35.209
Valor adicionado total distribuído	105.743	100.441	111.525	103.412

(1) Inclui valores referentes a tributos diferidos sobre o lucro conforme nota explicativa 13.1.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Base de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e correlato à IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da companhia.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 11 de maio de 2026, autorizou a divulgação destas informações financeiras intermediárias.

1.1. Adoção de novas normas e revisões

A aplicação inicial das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026, conforme divulgado na nota explicativa 6.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, não causou impacto material nas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais de 31 de março de 2026.

2. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
Caixa e bancos	452	1.223
Aplicações financeiras equivalentes de caixa		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	8.350	6.484
CDB e outros fundos de investimentos	1.610	1.159
	9.960	7.643
- No exterior		
Time deposits	15.135	18.242
Auto Invest e contas remuneradas	8.510	8.242
Outras aplicações financeiras	237	258
	23.882	26.742
Total das aplicações financeiras equivalentes de caixa	33.842	34.385
Total	34.294	35.608

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As aplicações financeiras equivalentes de caixa possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição. No país, essas aplicações ocorrem em operações compromissadas e em fundos de investimentos, que direcionam seus recursos para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos. As aplicações, no país, também contam com os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

3.2. Aplicações financeiras

	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
Valor justo por meio do resultado	959	1.125
Custo amortizado	12.360	13.889
Total	13.319	15.014
Circulante	13.306	15.000
Não circulante ⁽¹⁾	13	14

(1) Os valores de aplicações financeiras no ativo não circulante estão classificados em "Outros ativos".

As aplicações financeiras possuem prazos de vencimento superiores a três meses. Os investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado correspondem, preponderantemente, a investimentos em títulos públicos federais brasileiros (nível 1 da hierarquia de valor justo). As operações mensuradas ao custo amortizado contemplam, principalmente, aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais entre um e dois anos, além de aplicações no exterior em *time deposits* e títulos públicos governamentais.

4. Receita de vendas

	2026 Jan-Mar	Consolidado 2025 Jan-Mar
Receita bruta de vendas	159.497	157.259
Encargos de vendas ⁽¹⁾	(35.811)	(34.115)
Receita de vendas	123.686	123.144
Diesel	35.433	38.360
Subvenção de óleo diesel de uso rodoviário	672	-
Gasolina	15.373	17.340
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	4.370	4.282
Querosene de aviação (QAV)	6.198	6.566
Nafta	2.483	2.396
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	858	967
Outros derivados de petróleo	4.462	5.440
Subtotal de derivados de petróleo	69.849	75.351
Gás natural	4.092	5.162
Petróleo	4.883	8.208
Renováveis e nitrogenados	590	310
Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	186	284
Energia elétrica	1.718	810
Serviços, agenciamentos e outros	1.234	968
Mercado interno	82.552	91.093
Exportações	39.957	31.405
Petróleo	30.057	22.303
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	8.087	6.914
Outros derivados de petróleo e outros produtos	1.813	2.188
Vendas no exterior ⁽²⁾	1.177	646
Mercado externo	41.134	32.051
Receitas de vendas	123.686	123.144

(1) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(2) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

Conforme descrito na nota explicativa 28.5.1, o reconhecimento da receita referente ao programa de subvenção econômica à comercialização ao óleo diesel de uso rodoviário no território nacional ocorre na medida em que o derivado é vendido e entregue às distribuidoras. Até 31 de março de 2026, a companhia reconheceu R\$ 741 como receita bruta oriunda dessa subvenção (R\$ 672 líquidos de encargos de vendas).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A composição da receita de vendas pelo destino de embarque está assim apresentada:

	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Brasil	82.552	91.093
Mercado interno	82.552	91.093
China	17.064	6.276
Américas (exceto Estados Unidos da América)	4.868	3.922
Europa	3.472	6.133
Ásia (exceto China e Singapura)	7.778	6.983
Estados Unidos da América	2.166	3.985
Singapura	5.178	3.910
Outros	608	842
Mercado externo	41.134	32.051
Receitas de vendas	123.686	123.144

No período de janeiro a março de 2026, a receita de dois clientes do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) representa, individualmente, 13% e 10%, respectivamente, da receita da companhia. No período de janeiro a março de 2025, a receita de dois clientes do segmento de RTC representava, individualmente, 15% e 10%, respectivamente, da receita da companhia.

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	2026	Consolidado
	Jan-Mar	Jan-Mar
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados ⁽¹⁾	(27.640)	(29.777)
Compras e importações	(18.017)	(20.899)
Petróleo	(11.367)	(12.354)
Derivados	(5.813)	(6.942)
Gás natural	(837)	(1.603)
Serviços e outros	(9.623)	(8.878)
Depreciação, depleção e amortização	(17.647)	(14.692)
Participação governamental	(18.152)	(16.409)
Gastos com pessoal	(2.739)	(2.337)
Variação dos estoques	2.094	780
Total	(64.084)	(62.435)

(1) Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior).

5.2. Despesas de vendas

	2026	Consolidado
	Jan-Mar	Jan-Mar
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(6.666)	(5.240)
Depreciação, depleção e amortização	(1.067)	(984)
Reversão (perdas) de créditos esperadas	(39)	24
Gastos com pessoal	(197)	(176)
Total	(7.969)	(6.376)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.3. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Gastos com pessoal	(1.589)	(1.548)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(620)	(815)
Depreciação, depleção e amortização	(308)	(229)
Total	(2.517)	(2.592)

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.386)	(3.707)
Planos de pensão e saúde (inativos) ⁽¹⁾	(2.026)	(1.841)
Programas de remuneração variável ⁽²⁾	(1.818)	(1.684)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(696)	(1.163)
Resultado com derivativos de commodities	(677)	10
Despesas operacionais com termelétricas	(241)	(321)
Resultado com alienações e baixa de ativos	392	324
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	616	403
Resultado de atividades não fim	673	572
Resultados com operações em parcerias de E&P	695	872
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	730	905
Outros	184	436
Total	(5.554)	(5.194)

(1) Para mais informações, vide nota explicativa 14.2 - Benefícios pós-emprego.

(2) Composto por Participação nos lucros ou resultados (PLR) e Programa de prêmio por desempenho (PRD), conforme nota explicativa 14.1.

7. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Receitas financeiras	1.758	1.737
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	1.149	1.305
Outros	609	432
Despesas financeiras	(5.179)	(5.744)
Despesas com financiamentos	(2.907)	(2.722)
Despesas com arrendamentos	(3.562)	(3.633)
Encargos financeiros capitalizados	3.286	2.624
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.788)	(1.861)
Outros	(208)	(152)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	11.287	14.602
Variações cambiais ⁽¹⁾	12.514	18.131
Real x dólar	12.313	18.361
Outras moedas	201	(230)
Reclassificação do <i>hedge accounting</i> ⁽¹⁾	(2.665)	(4.228)
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(302)	(376)
Atualização monetária de impostos a recuperar	132	336
Outros	1.608	739
Total	7.866	10.595

(1) Para mais informações, vide notas explicativas 27.3.1.a e 27.3.1.c.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Informações por segmento**8.1. Informações por segmento - Resultado****Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Mar/2026**

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	84.047	117.178	11.590	460	(89.589)	123.686
Intersegmentos	83.734	1.615	4.231	9	(89.589)	-
Terceiros	313	115.563	7.359	451	-	123.686
Custo dos produtos e serviços vendidos	(42.781)	(93.428)	(6.386)	(428)	78.939	(64.084)
Lucro bruto	41.266	23.750	5.204	32	(10.650)	59.602
Despesas	(2.834)	(5.306)	(4.327)	(5.918)	-	(18.385)
Vendas	(2)	(4.173)	(3.739)	(55)	-	(7.969)
Gerais e administrativas	(73)	(537)	(186)	(1.721)	-	(2.517)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(726)	-	-	-	-	(726)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.039)	(7)	(17)	(253)	-	(1.316)
Tributárias	(885)	(714)	(14)	(870)	-	(2.483)
Reversão, líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	15	2.164	-	1	-	2.180
Outras despesas operacionais líquidas	(124)	(2.039)	(371)	(3.020)	-	(5.554)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	38.432	18.444	877	(5.886)	(10.650)	41.217
Resultado financeiro líquido	-	-	-	7.866	-	7.866
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	79	(114)	93	(5)	-	53
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	38.511	18.330	970	1.975	(10.650)	49.136
Tributos sobre o lucro	(13.067)	(6.271)	(298)	(360)	3.621	(16.375)
Lucro líquido do período	25.444	12.059	672	1.615	(7.029)	32.761
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	25.447	12.059	630	1.556	(7.029)	32.663
Acionistas não controladores	(3)	-	42	59	-	98
Lucro líquido do período	25.444	12.059	672	1.615	(7.029)	32.761

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Mar/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	88.169	116.819	10.867	451	(93.162)	123.144
Intersegmentos	87.849	1.696	3.610	7	(93.162)	-
Terceiros	320	115.123	7.257	444	-	123.144
Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.715)	(109.766)	(6.560)	(401)	94.007	(62.435)
Lucro bruto	48.454	7.053	4.307	50	845	60.709
Despesas	(4.286)	(4.296)	(4.551)	(5.031)	-	(18.164)
Vendas	(2)	(2.552)	(3.831)	9	-	(6.376)
Gerais e administrativas	(27)	(509)	(155)	(1.901)	-	(2.592)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.811)	-	-	-	-	(1.811)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(945)	(8)	(9)	(217)	-	(1.179)
Tributárias	(24)	(73)	(10)	(615)	-	(722)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(313)	23	-	-	-	(290)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.164)	(1.177)	(546)	(2.307)	-	(5.194)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	44.168	2.757	(244)	(4.981)	845	42.545
Resultado financeiro líquido	-	-	-	10.595	-	10.595
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	77	335	84	(1)	-	495
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	44.245	3.092	(160)	5.613	845	53.635
Tributos sobre o lucro	(15.017)	(937)	83	(2.146)	(287)	(18.304)
Lucro (prejuízo) líquido do período	29.228	2.155	(77)	3.467	558	35.331
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	29.232	2.155	(130)	3.394	558	35.209
Acionistas não controladores	(4)	-	53	73	-	122
Lucro (prejuízo) líquido do período	29.228	2.155	(77)	3.467	558	35.331

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Mar/2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(2.995)	(311)	(57)	(23)	(3.386)
Planos de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(2.026)	(2.026)
Programas de remuneração variável	(833)	(425)	(92)	(468)	(1.818)
Reversão (perdas) com processos judiciais, administrativos e arbitrais	807	(485)	(13)	(1.005)	(696)
Resultado com derivativos de commodities	-	(676)	(1)	-	(677)
Resultado com alienações e baixa de ativos	220	(40)	11	201	392
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	616	-	-	-	616
Resultado de atividades não fim	647	(3)	1	28	673
Resultados com operações em parcerias de E&P	695	-	-	-	695
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	676	55	-	(1)	730
Outras	43	(154)	(220)	274	(57)
Total	(124)	(2.039)	(371)	(3.020)	(5.554)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Mar/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(2.990)	(573)	(119)	(25)	(3.707)
Planos de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(1.841)	(1.841)
Programas de remuneração variável	(776)	(375)	(85)	(448)	(1.684)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(647)	(166)	(9)	(341)	(1.163)
Resultado com derivativos de commodities	-	4	6	-	10
Resultado com alienações e baixa de ativos	185	(7)	14	132	324
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	403	-	-	-	403
Resultado de atividades não fim	598	(47)	2	19	572
Resultados com operações em parcerias de E&P	872	-	-	-	872
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	872	(7)	3	37	905
Outras	319	(6)	(358)	160	115
Total	(1.164)	(1.177)	(546)	(2.307)	(5.194)

O montante de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio é o seguinte:

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Jan-Mar/2026	16.584	3.872	885	273	21.614
Jan-Mar/2025	14.496	3.493	782	205	18.976

8.2. Informações por segmento – Ativo**Ativo consolidado por segmento de negócio - 31.03.2026**

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	16.148	66.919	2.015	84.986	(29.535)	140.533
Não circulante	860.219	125.187	29.052	91.077	-	1.105.535
Realizável a longo prazo	50.279	17.762	808	75.728	-	144.577
Investimentos	1.602	169	994	326	-	3.091
Imobilizado	798.034	106.469	26.771	12.595	-	943.869
Em operação	598.108	88.043	23.687	8.491	-	718.329
Em construção	199.926	18.426	3.084	4.104	-	225.540
Intangível	10.304	787	479	2.428	-	13.998
Ativo	876.367	192.106	31.067	176.063	(29.535)	1.246.068

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo consolidado por segmento de negócio - 31.12.2025

	Corporativo e outros negócios					Eliminação	Total
	E&P	RTC	G&EBC	negócios			
Circulante	13.340	52.714	1.960	91.448	(19.436)	140.026	
Não circulante	843.470	122.760	29.247	87.886	-	1.083.363	
Realizável a longo prazo	51.274	17.007	802	72.747	-	141.830	
Investimentos	1.605	149	942	328	-	3.024	
Imobilizado	780.341	104.836	27.057	12.390	-	924.624	
Em operação	596.594	90.973	24.179	8.626	-	720.372	
Em construção	183.747	13.863	2.878	3.764	-	204.252	
Intangível	10.250	768	446	2.421	-	13.885	
Ativo	856.810	175.474	31.207	179.334	(19.436)	1.223.389	

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Terceiros				
Recebíveis de contratos com clientes	25.023	25.534	15.409	15.722
Outras contas a receber				
Recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa	4.081	6.231	4.081	6.231
Arrendamentos	1.110	1.242	-	-
Outros recebíveis	3.983	6.565	3.419	5.969
Subtotal - Terceiros	34.197	39.572	22.909	27.922
Partes relacionadas				
Recebíveis de contratos com clientes - Investidas	312	422	24.449	16.516
Subvenção de óleo diesel de uso rodoviário	741	-	741	-
Aplicações em direitos creditórios - FIDC-NP	-	-	56.276	54.686
Subtotal - Partes relacionadas (nota explicativa 28)	1.053	422	81.466	71.202
Total do contas a receber	35.250	39.994	104.375	99.124
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(9.592)	(9.796)	(6.066)	(6.100)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(41)	(54)	(41)	(54)
Total do contas a receber, líquidas	25.617	30.144	98.268	92.970
Circulante	22.240	25.461	95.121	88.627
Não circulante	3.377	4.683	3.147	4.343

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos, que dependem da variação do valor da commodity, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 31 de março de 2026 totalizou R\$ 4.746 (R\$ 2.213 em 31 de dezembro de 2025).

O saldo de recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa está relacionado, principalmente, ao *earnout* dos campos de Sépia e Atapu no montante de R\$ 1.104 (R\$ 2.191 em 31 de dezembro de 2025), pelas vendas do campo de Roncador de R\$ 1.133 (R\$ 1.464 em 31 de dezembro de 2025) e do Polo Potiguar de R\$ 416 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2025).

A redução no saldo de "Outros recebíveis" está relacionada, principalmente, a recebimentos referentes à Jazida Compartilhada de Tupi, conforme nota explicativa 18.4.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

	Consolidado				Controladora			
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	23.267	(195)	28.970	(483)	15.961	(189)	21.510	(479)
Vencidos:								
Até 3 meses	703	(360)	362	(175)	671	(357)	329	(174)
De 3 a 6 meses	351	(163)	255	(135)	334	(158)	241	(134)
De 6 a 12 meses	284	(210)	708	(587)	257	(209)	667	(569)
Acima de 12 meses	9.592	(8.664)	9.277	(8.416)	5.686	(5.153)	5.175	(4.744)
Total	34.197	(9.592)	39.572	(9.796)	22.909	(6.066)	27.922	(6.100)

9.3. Perdas de crédito esperadas – Terceiros e Partes Relacionadas

Movimentação	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	9.850	10.162	6.154	6.074
Adições	184	164	182	151
Reversões	(227)	(273)	(227)	(273)
Baixas	(2)	(5)	(2)	(4)
Ajuste acumulado de conversão	(189)	(277)	-	-
Outros	17	-	-	-
Saldo final	9.633	9.771	6.107	5.948
Circulante	2.254	1.952	1.984	1.692
Não circulante	7.379	7.819	4.123	4.256

10. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Petróleo	19.689	17.339
Derivados de petróleo	12.514	12.667
Intermediários	3.138	3.173
Gás Natural e Gás Natural Liquefeito (GNL)	570	619
Biocombustíveis	153	161
Fertilizantes	89	57
Total de produtos	36.153	34.016
Materiais, suprimentos e outros	12.403	11.157
Total	48.556	45.173

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e derivados, e quando constituídos são reconhecidos no resultado do período como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a março de 2026, houve constituição de provisão para perdas de R\$ 1 (R\$ 37 no período de janeiro a março de 2025).

Em 31 de março de 2026, a companhia possui um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro (TCF) relativos aos Planos de Pensão PPSP-R, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, assinados em 2008 com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, no valor estimado de R\$ 4.639 (R\$ 4.326 em 31 de dezembro de 2025).

11. Pagamentos antecipados

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Adiantamentos para imobilizado ⁽¹⁾	21.169	22.795	20.874	22.498
Despesas antecipadas	2.893	2.407	1.727	1.619
Outros adiantamentos	785	688	699	634
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	-	-	1.619	1.463
Total	24.847	25.890	24.919	26.214
Circulante	3.177	2.573	2.200	1.848
Não circulante	21.670	23.317	22.719	24.366

(1) Os contratos para aquisição dos direitos da União nas Jazidas de Mero (3,5%) e Atapu (0,95%) foram assinados em março de 2026. A transferência dos direitos e obrigações ocorrerá em março de 2027.

12. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Terceiros no país	26.546	28.048	24.093	26.845
Terceiros no exterior	12.398	12.599	6.672	5.929
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	142	301	8.905	9.297
Total	39.086	40.948	39.670	42.071

Risco Sacado

A companhia possui um programa para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa "Mais Valor" exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazo, preços e condições comerciais contratados pela Petrobras com tais fornecedores, bem como não acrescentam encargos financeiros para a companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 31 de março de 2026, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do programa, é de R\$ 905 (R\$ 733 em 31 de dezembro de 2025), com prazo de pagamento entre 6 e 92 dias e prazo médio ponderado de 43 dias (prazo de pagamento entre 7 e 93 dias e prazo médio ponderado de 55 dias em 2025), após atendidas as condições comerciais contratadas.

13. Tributos

13.1. Tributos sobre o lucro

Balanco Patrimonial

	Consolidado				Controladora			
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	5.670	11.893	5.629	10.278	5.397	9.549	5.339	7.436
Diferidos	8.318	49.494	5.586	34.965	-	54.176	-	39.684
Total	13.988	61.387	11.215	45.243	5.397	63.725	5.339	47.120

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	49.136	53.635
Tributos sobre o lucro às alíquotas nominais (34%)	(16.706)	(18.236)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	1.812	1.376
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior ⁽¹⁾	(911)	(413)
Incentivos fiscais	264	173
Efeitos da taxa mínima entre países - Pillar II	(172)	(302)
Ajustes de preços de transferência para transações entre partes relacionadas no exterior	-	(453)
Prejuízos fiscais	(67)	2
Benefício pós-emprego ⁽²⁾	(837)	(656)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	32	168
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários	119	75
Outros	91	(38)
Tributos sobre o lucro	(16.375)	(18.304)
Correntes	(12.587)	(11.072)
Diferidos	(3.788)	(7.232)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	33,3%	34,1%

(1) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(2) Inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 13.1.3 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

13.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro - a recuperar

	Consolidado					
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
No país	3.638	3.591	1.994	2.008	5.632	5.599
No exterior	38	30	-	-	38	30
Total	3.676	3.621	1.994	2.008	5.670	5.629

Tributos sobre o lucro - a recolher

	Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
No país						
Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾	6.221	4.318	2.183	2.155	8.404	6.473
Programas de regularização de débitos federais	335	329	950	1.013	1.285	1.342
	6.556	4.647	3.133	3.168	9.689	7.815
No exterior ⁽¹⁾	2.204	2.463	-	-	2.204	2.463
Total	8.760	7.110	3.133	3.168	11.893	10.278

(1) Inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 13.1.3.

13.1.2. Diferidos

Movimentação	Consolidado	
	2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Saldo inicial	(29.379)	(3.390)
Reconhecido no resultado	(3.788)	(7.232)
Reconhecido no patrimônio líquido	(7.616)	(11.277)
Ajuste acumulado de conversão	(92)	(136)
Utilização de créditos fiscais	(311)	-
Outros	10	116
Saldo final	(41.176)	(21.919)
Tributos diferidos sobre o lucro – Ativos	8.318	5.646
Tributos diferidos sobre o lucro – Passivos	(49.494)	(27.565)

Composição

Natureza	Fundamento para realização	Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(33.027)	(35.607)
Imobilizado - <i>Impairment</i>	Amortização, baixa de ativos e reversão <i>Impairment</i>	23.508	24.505
Imobilizado - Direito de uso	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(68.663)	(69.310)
Imobilizado - Depreciação acelerada, linear x unidade produzida e encargos capitalizados	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(106.303)	(104.908)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, recebimentos e contraprestação	(10.937)	(3.657)
Arrendamentos	Apropriação da contraprestação	74.784	78.808
Provisão para desmantelamento de áreas	Pagamento e reversão da provisão	53.073	54.785
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	Pagamento e reversão da provisão	5.694	5.793
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	3.551	3.964
Estoques	Venda, baixa e perda	5.377	2.492
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	8.321	8.727
Outros		3.446	5.029
Total		(41.176)	(29.379)

13.1.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de março de 2026, a companhia possui tratamentos fiscais incertos provisionados no balanço patrimonial, totalizando R\$ 3.294 (R\$ 3.379 em 31 de dezembro de 2025), relacionados principalmente à dedução de valores pagos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no país, bem como à incidência de *Corporate Income Tax* (CIT) sobre transações no exterior, vinculados a processos judiciais e administrativos.

Adicionalmente, a companhia possui tratamentos fiscais incertos não provisionados no balanço patrimonial, no país e exterior no montante de R\$ 28.597 (R\$ 25.151 em 31 de dezembro de 2025), relacionados a processos judiciais e administrativos, em especial ao tratamento de lucros de controladas domiciliadas no exterior.

A companhia também possui outros posicionamentos que podem ser considerados tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, no valor de R\$ 27.813 (R\$ 27.026 em 31 de dezembro de 2025), dada a possibilidade de interpretação divergente por parte da autoridade fiscal. Esses tratamentos fiscais incertos são suportados por avaliações técnicas e por metodologia de avaliação de riscos tributários, portanto, a companhia considera que tais posicionamentos serão aceitos pelas autoridades fiscais, assim entendidos os órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária, incluindo tribunais judiciais.

Desta forma, em 31 de março de 2026, as posições fiscais incertas, no país e no exterior, perfazem o montante de R\$ 59.704 (R\$ 55.556 em 31 de dezembro de 2025), para as quais a Petrobras seguirá defendendo sua posição.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.2. Impostos, contribuições e participações governamentais

13.2.1. Impostos e contribuições - a recuperar

	31.03.2026	Ativo circulante 31.12.2025	31.03.2026	Consolidado Ativo não circulante 31.12.2025
No país				
PIS e COFINS	1.434	1.405	7.262	7.104
PIS e COFINS diferido	1.998	1.947	8.730	8.041
PIS e COFINS - Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo	-	-	3.671	3.638
ICMS	1.029	1.762	2.980	2.833
ICMS diferido	2.261	2.028	1.122	1.258
Outros impostos e contribuições	110	152	108	107
	6.832	7.294	23.873	22.981
No exterior	258	232	1	1
Total	7.090	7.526	23.874	22.982

13.2.2. Impostos, contribuições e participações governamentais - a recolher

	31.03.2026	Passivo Circulante 31.12.2025	31.03.2026	Consolidado Passivo Não Circulante (1) 31.12.2025
No país:				
Participações governamentais	11.806	7.701	238	306
ICMS	8.371	7.101	-	-
PIS e COFINS	2.117	2.450	1.076	979
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.099	1.808	-	-
Outros impostos e contribuições (2)	2.149	1.833	544	496
	25.542	20.893	1.858	1.781
No exterior	109	73	-	-
Total	25.651	20.966	1.858	1.781

(1) Os valores de impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".

(2) Inclui, no passivo circulante de 31 de março de 2026, o montante de R\$ 639 referente ao imposto de exportação.

13.3. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em março e abril de 2026, a Petrobras aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (REFIS), instituído pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar nº 225/2025, com o objetivo de encerrar contingências tributárias materializadas relacionadas ao ICMS. Os efeitos do programa impactaram o resultado do período em R\$618, nas despesas tributárias.

13.4. Imposto de Exportação sobre petróleo bruto e óleo diesel

Em 12 de março de 2026, foi publicada a Medida Provisória nº 1.340, que dispõe sobre incidência do Imposto de Exportação (IE) sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e óleo diesel de uso rodoviário.

O tributo não é recuperável, mas é dedutível na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com incidência sobre as operações de exportação de petróleo, com alíquota de 12%, e de exportação de óleo diesel, com alíquota de 50%.

A Portaria MF nº 674/1994, que dispõe sobre o pagamento do IE, estabelece que o prazo para pagamento do imposto será de até 15 (quinze) dias para o óleo diesel e 60 (sessenta) dias para o petróleo, contados da data do registro da declaração para despacho aduaneiro.

Em 31 de março de 2026, a companhia apurou e registrou em despesas tributárias o valor de R\$ 639 referente ao imposto de exportação.

13.5. Reforma Tributária

Em 30 de abril de 2026, foram publicados os regulamentos iniciais relacionados à implementação da Reforma Tributária. A companhia está avaliando estes normativos e seus desdobramentos, com vistas à identificação dos eventuais impactos sobre suas operações, sistemas e demonstrações financeiras.

As informações divulgadas na nota explicativa 18.5 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 permanecem válidas.

14. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
Passivo		
Benefícios de curto prazo	13.564	14.977
Benefícios rescisórios	499	497
Benefícios pós-emprego	91.477	90.016
Total	105.540	105.490
Circulante	19.597	20.937
Não circulante	85.943	84.553
Total	105.540	105.490

14.1. Benefícios de curto prazo

	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
Provisão de férias e 13º salário	3.939	3.355
Participação nos lucros ou resultados - PLR	3.558	3.727
Programa de prêmio a empregados - PRD	3.876	3.944
Salários, encargos e outras provisões	2.191	3.951
Total	13.564	14.977
Circulante	13.468	14.888
Não circulante ⁽¹⁾	96	89
Total	13.564	14.977

(1) Refere-se ao saldo do diferimento por 4 anos da parcela do programa de remuneração variável dos administradores e dos gestores executivos.

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

	2026 Jan-Mar	Consolidado 2025 Jan-Mar
Custeio/Despesas na Demonstração de resultado		
Salários, férias, 13º salário, encargos e outros	(5.257)	(5.019)
Honorários e encargos de Administradores	(18)	(17)
Programas de remuneração variável ⁽¹⁾	(1.818)	(1.684)
Programa de prêmio por desempenho - PRD ⁽²⁾	(846)	(776)
Participação nos lucros ou resultados - PLR ⁽²⁾	(972)	(908)
Total	(7.093)	(6.720)

(1) Inclui complemento/reversão de programas anteriores.

(2) Valor reconhecido como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

14.1.1. Programas de remuneração variável

A companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros ou resultados; e b) Prêmio por desempenho.

Participação nos lucros ou resultados - PLR

No período de janeiro a março de 2026, a Petrobras:

- realizou antecipação da PLR no valor de R\$ 1.141 (R\$ 1.131 na controladora), considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e
- provisionou o valor de R\$ 968 (R\$ 905 no período janeiro a março de 2025) referente ao exercício de 2026, registrado em outras despesas operacionais. Na controladora, a provisão foi de R\$ 950 (R\$ 895 no período janeiro a março de 2025).

Programa de prêmio por desempenho – PRD

No período de janeiro a março de 2026, a Petrobras:

- realizou antecipação da PRD no valor de R\$ 914 (R\$ 710 na controladora), considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e o desempenho individual dos empregados; e
- provisionou o valor de R\$ 845 (R\$ 776 no período janeiro a março de 2025), referente ao exercício de 2026, registrado em outras despesas operacionais, incluindo os demais programas das empresas consolidadas. Na controladora, a provisão foi de R\$ 683 (R\$ 633 para o período janeiro a março de 2025).

14.2. Benefícios pós-emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e outros cinco principais planos de benefícios de pensão pós-aposentadoria (chamados coletivamente de “planos de pensão da companhia”).

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Passivo		
Plano de saúde - AMS Saúde Petrobras	65.528	64.166
Subtotal - plano de saúde	65.528	64.166
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R)	15.003	15.041
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR)	5.207	5.208
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2.894	2.823
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2.827	2.758
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	18	20
Subtotal - planos de pensão	25.949	25.850
Total	91.477	90.016
Circulante	5.773	5.701
Não circulante	85.704	84.315

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento e no acordo coletivo de trabalho (ACT), e está aberto a novos empregados.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no regulamento e no ACT, sendo, atualmente, 70% pela companhia e 30% pelos participantes.

Planos de pensão

Os planos de pensão patrocinados são administrados pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

Em 24 de março de 2026, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações financeiras dos planos previdenciários patrocinados pela companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela companhia é calculada conforme os requerimentos dos IFRS *Accounting Standards*, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis da companhia (IFRS *Accounting Standards*) e do fundo de pensão (CNPc), em 31 de dezembro de 2025, são demonstradas a seguir:

	PPSP-R ⁽¹⁾	PPSP-NR ⁽¹⁾
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	1.299	649
Contribuições futuras normais e extraordinárias - patrocinadora	23.514	6.926
Contribuições contratadas - Termo de Compromisso Financeiro - patrocinadora	4.323	3.121
Hipóteses financeiras (taxas de Juros e Inflação), ajuste no valor dos ativos do plano e metodologia de cálculo	(11.272)	(2.730)
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	17.864	7.966

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

No critério CNPC, a Petros considera o fluxo futuro das contribuições normais e extraordinárias patronais, descontado a valor presente, enquanto a companhia só considera esses fluxos na medida em que são realizados. Além disso, a Petros define a taxa real de juros com base nas expectativas de rentabilidade e nos parâmetros da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), enquanto a companhia utiliza uma taxa que combina o perfil de maturidade das obrigações com a curva de retorno de títulos do governo. Em relação ao ativo garantidor, os títulos públicos na Petros são marcados a mercado ou na curva, enquanto na companhia são marcados todos a valor de mercado.

14.2.1. Valores nas demonstrações financeiras da Petrobras relacionados a planos de benefícios definidos

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação das obrigações atuariais relacionadas aos planos de pensão e saúde com característica de benefício definido é apresentada a seguir:

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.864	7.966	20	64.166	90.016
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	486	221	-	2.130	2.837
Custo do serviço corrente	-	-	-	339	339
Custo dos juros, líquidos	486	221	-	1.791	2.498
Efeito caixa	(453)	(153)	(26)	(764)	(1.396)
Pagamento de contribuições	(453)	(153)	(26)	(764)	(1.396)
Outros movimentos	-	-	24	(4)	20
Saldo em 31 de março de 2026	17.897	8.034	18	65.528	91.477

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.619	7.169	356	46.433	70.577
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	511	223	9	1.693	2.436
Custo do serviço corrente	4	1	-	230	235
Custo dos juros, líquidos	507	222	9	1.463	2.201
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeito caixa	(435)	(131)	(20)	(671)	(1.257)
Pagamento de contribuições	(435)	(131)	(20)	(671)	(1.257)
Saldo em 31 de março de 2025	16.695	7.261	344	47.452	71.752

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de Saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(24)	(6)	-	(781)	(811)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(462)	(215)	-	(1.349)	(2.026)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Mar/2026	(486)	(221)	-	(2.130)	(2.837)
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(32)	(8)	(1)	(554)	(595)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(479)	(215)	(8)	(1.139)	(1.841)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Mar/2025	(511)	(223)	(9)	(1.693)	(2.436)

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

14.2.2. Contribuições

No período de janeiro a março de 2026, a companhia contribuiu com o total de R\$ 1.396 (R\$ 1.257 para o período de janeiro a março de 2025) para os planos de benefício definido, reduzindo o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 14.2.1. Adicionalmente, contribuiu com R\$ 396 (R\$ 336 para o período de janeiro a março de 2025) para a parcela de contribuição definida do plano PP2 e R\$ 3 do plano PP3 (R\$ 3 para o período de janeiro a março de 2025), que foram reconhecidas em custeio e despesas do período.

15. Processos judiciais e contingências

15.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) cobrança de ICMS - óleo bunker envolvendo vários estados; (ii) contribuições previdenciárias - não recolhimento sobre abonos e gratificações; e (iii) não homologação de compensações de tributos federais, incluindo glosa de créditos de PIS e COFINS.
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) reclamações trabalhistas diversas; e (ii) ações de terceirizados.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) processos administrativos e judiciais discutindo multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em especial as relativas a sistemas de medição de produção, bem como processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos; (iii) ações que discutem temas vinculados a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) litígios cíveis envolvendo venda de ativos; e (v) ações que discutem indenizações relacionadas à desapropriação e servidão de passagem.
- Processos ambientais, em especial: (i) multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no estado do Paraná; (ii) multas relativas à operação offshore da companhia; e (iii) ação civil pública por vazamento de petróleo em 2004 no Parque Estadual da Serra do Mar, no estado de São Paulo.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Processos trabalhistas	4.387	3.803
Processos fiscais	3.173	4.057
Processos cíveis	8.835	8.808
Processos ambientais	1.191	1.213
Total	17.586	17.881

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	17.881	17.543
Adição, líquida de reversão	(50)	494
Utilização	(995)	(2.409)
Atualização	754	672
Outros	(4)	(30)
Saldo final	17.586	16.270

Na preparação das informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2026, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

No período de janeiro a março de 2026, o decréscimo de R\$ 295 no passivo provisionado decorre, principalmente, das reduções relacionadas à incidência de ICMS sobre programa de anistia tributária, conforme nota 13.3, compensado, principalmente, por provisões referentes às ações de reclamações trabalhistas.

15.2. Depósitos judiciais

A companhia efetua depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
	Fiscais	57.368
Trabalhistas	4.583	4.617
Cíveis	20.840	20.370
Ambientais e outros	545	551
Total	83.336	81.510

	2026	Consolidado 2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	81.510	72.745
Adição, líquido de reversão	123	1.061
Utilização	(153)	(194)
Atualização financeira	1.857	1.467
Outros	(1)	(1)
Saldo final	83.336	75.078

A companhia mantém Negócio Jurídico Processual (NJP) celebrado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de postergar a realização de depósitos judiciais, relacionados a processos tributários federais, com valores superiores a R\$ 200, viabilizando a discussão judicial sem a necessidade de desembolso financeiro imediato.

Para isso, a companhia oferece capacidade de produção dos campos de Tupi, Sapinhoá e/ou Roncador. À medida que os depósitos judiciais venham a ser realizados, a referida capacidade de produção é liberada para outros processos que venham a integrar o NJP.

A companhia entende que o referido NJP permite maior previsibilidade de caixa e assegura a manutenção da regularidade fiscal federal. Em 31 de março de 2026, a capacidade de produção compromissada no NJP totalizava R\$ 8.583 (R\$ 7.795 em 31 de dezembro de 2025).

15.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Em 31 de março de 2026, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.03.2026	Consolidado 31.12.2025
	Fiscais	153.807
Trabalhistas	10.173	10.244
Cíveis	70.488	70.276
Ambientais e outros	8.254	7.673
Total	242.722	224.568

Os principais processos judiciais não provisionados são:

- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; (ii) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (iii) cobrança de ICMS de temas diversos envolvendo vários estados; (iv) incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de abonos e gratificações; (v) cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionados com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas; e (vi) incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações.

- Processos trabalhistas envolvendo assuntos diversos;
- Processos cíveis, destacando-se: (i) processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (ii) pleitos envolvendo contratos; (iii) ações que discutem temas afeitos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) multas de agências reguladoras, em especial, da ANP; e (v) processos judiciais e arbitrais que discutem vendas de ativos realizadas pela Petrobras; e
- Processos ambientais, com destaque para: (i) multas ambientais relacionadas às operações da companhia; (ii) ações indenizatórias de pescadores; e (iii) indenizações e reparações por danos ambientais.

No período de janeiro a março de 2026, o acréscimo no passivo contingente decorre, principalmente, das seguintes alterações:

- R\$ 11.266 referentes ao estorno de créditos de ICMS decorrentes de entradas de mercadorias em operações antecedentes às saídas de combustíveis;
- R\$ 3.263 referentes a processos sobre ajustes na base de cálculo de IRPJ e CSLL decorrentes de obrigações acessórias e aportes no Plano Petros;
- R\$ 1.568 referentes a creditamento de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado;
- R\$ 1.208 referentes a processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios;
- R\$ 659 referentes a litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; e
- R\$ 521 referentes a glosa de créditos e dedução da base de cálculo de PIS e COFINS.

Esses efeitos foram compensados, principalmente, por litígios cíveis envolvendo venda de ativos de R\$ 1.885.

15.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

15.4.1. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, a Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Roterdã, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras. A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores.

Em 26 de maio de 2021, a Corte Distrital de Roterdã decidiu que a ação coletiva deveria prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos do escopo da ação os interesses dos investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 30 de outubro de 2024, após a manifestação das partes sobre a prova técnica, a Corte Distrital de Roterdã proferiu sentença, na qual acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da companhia e considerou que: i) de acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento; e ii) de acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, a Corte Distrital de Roterdã rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resultou na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas. Com relação a determinados detentores de bonds, o Tribunal considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte Distrital de Roterdã confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023: i) rejeição das alegações contra a PIBBV, POG BV e os ex-presidentes da Petrobras do período de julho de 2005 a fevereiro de 2015; ii) prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Petrobras, a Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores e seus recursos estão pendentes de julgamento.

Mesmo em relação aos detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado final favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras e a PGF poderão oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e à quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados pelos eventuais beneficiários da decisão ou pela Fundação. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição do Poder Judiciário holandês, o escopo do acordo que encerrou a Class Action nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte de apelação de Haia e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de projetar uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras continua a negar as alegações da Fundação, em relação às quais foi considerada vítima por todas as autoridades brasileiras, inclusive o STF.

A Petrobras e as suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

15.4.2. Arbitragem e outros processos judiciais na Argentina

Na arbitragem da Argentina, na qual se discute a responsabilização da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras no país, em razão dos desdobramentos da chamada Operação Lava Jato, o recurso apresentado pela Consumidores Damnificados Asociación Civil, antes denominada Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa ("Associação"), teve seguimento negado. A Associação apresentou novo recurso à Suprema Corte argentina, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta arbitragem.

Em paralelo a tal arbitragem, a Associação também iniciou uma ação coletiva perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, tendo a Petrobras comparecido espontaneamente em 10 de abril de 2023, no âmbito da qual alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá das acusações formuladas pela autora da ação coletiva. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta ação.

Quanto à ação penal na Argentina relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015, em 03 de setembro de 2025, o Juízo de primeira instância reconheceu a prescrição da ação penal e determinou o seu arquivamento. A sentença de extinção da ação penal foi proferida após a decisão do Tribunal de Apelações em 03 de abril de 2025, que revogou a decisão anterior de processamento da Petrobras e o embargo cautelar anteriormente ordenado. Em 02 de março de 2026, o Tribunal de Apelações rejeitou o recurso de apelação da Associação interposto contra a sentença de extinção da ação penal. Em 23 de abril de 2026, o Tribunal de Apelações julgou inadmissível o recurso de cassação interposto pela Associação. Esta decisão é recorrível.

15.4.3. Arbitragens propostas por acionistas minoritários no Brasil

Não ocorreram alterações relevantes no período de janeiro a março de 2026. Para mais informações, consultar a nota explicativa 20.5, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Provisão para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão para desmantelamento por área de produção:

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Terra	3.641	3.714
Águas rasas	44.209	44.600
Águas profundas e ultraprofundas pós-sal	68.813	70.145
Pré-sal	38.713	38.430
Total	155.376	156.889
Circulante	15.457	16.233
Não circulante	139.919	140.656

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	156.889	162.253
Revisão de provisão	33	43
Utilização	(3.299)	(1.782)
Atualização de juros	1.782	1.812
Outros	(29)	(44)
Saldo final	155.376	162.282

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Outros ativos e passivos

Ativo	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos vinculados e/ou dados em garantia	4.353	3.768	3.778	3.453
Operações com derivativos	1.681	563	468	321
Ativos relativos a parcerias de negócio	3.265	1.513	2.756	2.092
Outros	766	828	569	564
Total	10.065	6.672	7.571	6.430
Circulante	8.057	4.928	5.733	4.844
Não circulante	2.008	1.744	1.838	1.586

Passivo	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Obrigações oriundas de desinvestimentos	4.359	5.159	4.357	5.157
Retenções contratuais	5.139	5.078	4.998	4.926
Adiantamentos de clientes	1.811	1.744	1.577	1.495
Provisões com gastos ambientais, P&D e multas	2.905	2.785	2.623	2.491
Impostos e contribuições	1.858	1.781	1.858	1.781
Dividendos não reclamados	982	1.029	982	1.029
Operações com derivativos	1.967	723	347	481
Obrigações oriundas de aquisição de participação societária	895	866	895	866
Credores diversos	545	779	544	777
Outros	2.232	2.320	1.412	1.415
Total	22.693	22.264	19.593	20.418
Circulante	13.482	12.825	10.673	11.276
Não circulante	9.211	9.439	8.920	9.142

18. Imobilizado**18.1. Por tipo de ativos**

	Consolidado					Controladora	
	Terrenos, Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ⁽¹⁾	Ativos em construção ⁽²⁾	Gastos c/exploração e desenvolvimento ⁽³⁾	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.160	289.765	204.252	214.012	203.435	924.624	933.998
Custo acumulado	24.304	638.620	235.241	429.060	320.640	1.647.865	1.599.726
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(11.144)	(348.855)	(30.989)	(215.048)	(117.205)	(723.241)	(665.728)
Adições	12	227	24.733	281	11.293	36.546	36.145
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	(2)	-	(2)	-
Juros capitalizados	-	-	3.262	-	-	3.262	3.262
Baixas	-	(40)	(63)	(75)	(131)	(309)	(229)
Transferências ⁽⁵⁾	102	7.668	(8.793)	5.457	3	4.437	4.431
Transferências para ativos mantidos para venda	-	-	3	-	-	3	(1)
Depreciação, amortização e depleção	(115)	(8.625)	-	(6.490)	(11.505)	(26.735)	(27.425)
Impairment - reversão (nota explicativa 20)	6	15	2.159	-	-	2.180	2.179
Ajuste acumulado de conversão	(1)	(19)	(13)	(103)	(1)	(137)	-
Saldo em 31 de março de 2026	13.164	288.991	225.540	213.080	203.094	943.869	952.360
Custo acumulado	24.420	644.549	254.493	434.272	328.893	1.686.627	1.638.845
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(11.256)	(355.558)	(28.953)	(221.192)	(125.799)	(742.758)	(686.485)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ⁽¹⁾	Ativos em construção ⁽²⁾	Gastos c/exploração e desenvolvimento ⁽³⁾	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.389	283.650	150.990	222.434	171.454	843.917	858.561
Custo acumulado	24.119	600.426	187.751	417.094	262.342	1.491.732	1.444.141
Depreciação e <i>impairment</i> acumulado ⁽⁴⁾	(8.730)	(316.776)	(36.761)	(194.660)	(90.888)	(647.815)	(585.580)
Adições	-	180	21.848	207	29.225	51.460	51.091
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	34	-	34	-
Juros capitalizados	-	-	2.610	-	-	2.610	2.610
Baixas	(3)	(104)	(7)	(11)	(26)	(151)	(140)
Transferências ⁽⁵⁾	580	7.013	(9.067)	2.526	-	1.052	1.055
Transferências para ativos mantidos para venda	-	(7)	-	-	-	(7)	(4)
Depreciação, amortização e depleção	(141)	(7.097)	-	(5.912)	(9.776)	(22.926)	(23.628)
<i>Impairment</i> - constituição (nota explicativa 20)	-	(192)	(307)	(58)	(5)	(562)	(563)
<i>Impairment</i> - reversão (nota explicativa 20)	-	23	-	-	-	23	-
Ajuste acumulado de conversão	(3)	(14)	(22)	(137)	(1)	(177)	-
Saldo em 31 de março de 2025	15.822	283.452	166.045	219.083	190.871	875.273	888.982
Custo acumulado	24.554	606.770	202.554	420.115	290.061	1.544.054	1.496.992
Depreciação e <i>impairment</i> acumulado ⁽⁴⁾	(8.732)	(323.318)	(36.509)	(201.032)	(99.190)	(668.781)	(608.010)

(1) Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.

(2) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 8.

(3) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados à exploração e produção, exceto ativos classificados em "Equipamentos e outros bens".

(4) No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por *impairment*.

(5) Inclui principalmente transferências entre tipos de ativos e transferências de adiantamentos a fornecedores.

As adições em ativos em construção, no período de janeiro a março de 2026, devem-se, principalmente, aos investimentos em desenvolvimento da produção dos campos de Búzios e dos demais da Bacia de Santos, da Bacia do Espírito Santo e da Bacia de Campos. Já as adições em direito de uso, referem-se, principalmente, a sondas para operações de E&P, tendo o respectivo reflexo no passivo de arrendamentos (nota explicativa 25).

18.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	38 (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	24 (entre 1 e 31) - exceto ativos pelo método de unidade produzida
Gastos com exploração e desenvolvimento	Método de unidade produzida ou 20 anos
Direitos de uso	14 (entre 1 e 50)

18.3. Direitos de uso

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Consolidado					Controladora
	Plataformas	Embarcações	Imóveis e outros	Total	Total	Total
31.03.2026						
Custo acumulado	159.511	151.972	17.410	328.893	343.747	
Depreciação e <i>impairment</i> acumulado	(39.608)	(79.946)	(6.245)	(125.799)	(134.525)	
Total	119.903	72.026	11.165	203.094	209.222	
31.12.2025						
Custo acumulado	157.460	146.541	16.639	320.640	335.512	
Depreciação e <i>impairment</i> acumulado	(36.822)	(74.791)	(5.592)	(117.205)	(125.383)	
Total	120.638	71.750	11.047	203.435	210.129	

18.4. Acordos de Individualização da Produção

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P, que envolvem processos de equalização de gastos e volumes de produção, principalmente relacionados aos campos Agulhinha, Berbigão, Budião Noroeste, Budião Sudeste, Pré-Sal de Jubarte e Sururu.

A companhia mantém estimativa dos valores associados aos AIP submetidos à aprovação da ANP, cuja movimentação está apresentada a seguir:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial a pagar, líquido	2.248	3.575
Adições (baixas) no ativo	(185)	(221)
Outras despesas (receitas) operacionais	36	23
Atualização monetária	(140)	-
Pagamentos efetuados	(849)	-
Recebimentos realizados	3.102	-
Saldo final a pagar, líquido	4.212	3.377

A movimentação no exercício reflete a melhor estimativa disponível das premissas utilizadas na apuração da base de cálculo e o compartilhamento de ativos relevantes em áreas a serem equalizadas.

Jazida Compartilhada de Sapinhoá

Em 12 de março de 2026, a Petrobras pagou R\$ 219 à União, representada pela PPSA, referente à assinatura do Aditivo ao AIP da jazida compartilhada de Sapinhoá, aprovado pela ANP no terceiro trimestre de 2025.

Jazida Compartilhada de Tupi

Em 31 de março de 2026, a Petrobras recebeu R\$ 3.102 das empresas parceiras, e pagou R\$ 624 à União, representada pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), referentes ao processo de equalização da Jazida Compartilhada de Tupi.

18.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 7,25% a.a. no período de janeiro a março de 2026 (7,05% a.a. no período de janeiro a março de 2025).

19. Intangível

19.1. Por tipo de ativos

	Direitos e		Ágio (goodwill)	Consolidado Controladora	
	Concessões ⁽¹⁾	Softwares		Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.629	4.136	120	13.885	13.561
Custo acumulado	10.916	11.744	120	22.780	21.728
Amortização e impairment acumulado	(1.287)	(7.608)	-	(8.895)	(8.167)
Adições	7	315	-	322	308
Juros capitalizados	-	24	-	24	24
Transferências	-	14	-	14	(11)
Amortização	(6)	(235)	-	(241)	(231)
Ajuste acumulado de conversão	(6)	-	-	(6)	-
Saldo em 31 de março de 2026	9.624	4.254	120	13.998	13.651
Custo acumulado	10.915	12.074	120	23.109	22.048
Amortização e impairment acumulado	(1.291)	(7.820)	-	(9.111)	(8.397)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida ⁽²⁾	5	Indefinida		

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado Controladora				
	Direitos e Concessões ⁽¹⁾	Softwares	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.509	3.328	124	13.961	13.772
Custo acumulado	10.836	10.294	124	21.254	20.321
Amortização e <i>impairment</i> acumulado	(327)	(6.966)	-	(7.293)	(6.549)
Adições	9	266	-	275	267
Juros capitalizados	-	14	-	14	14
Baixas	-	(5)	-	(5)	(5)
Transferências	-	(25)	-	(25)	(28)
Amortização	(4)	(165)	-	(169)	(160)
<i>Impairment</i> - constituição (nota explicativa 20)	(946)	-	-	(946)	(946)
Ajuste acumulado de conversão	(1)	-	-	(1)	-
Saldo em 31 de março de 2025	9.567	3.413	124	13.104	12.914
Custo acumulado	10.844	10.535	124	21.503	20.594
Amortização e <i>impairment</i> acumulado	(1.277)	(7.122)	-	(8.399)	(7.680)

Tempo de vida útil estimado em anos

Indefinida ⁽²⁾ 5 Indefinida

(1) Composto principalmente por bônus de assinatura, pagos em contratos de concessão e de partilha de produção para exploração de petróleo ou gás natural, além de concessões de serviços públicos, marcas e patentes e outros.

(2) Composto principalmente por ativos com vida útil indefinida cuja avaliação é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

20. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

	Consolidado	
	2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Demonstração de Resultado		
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	2.180	(290)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-	(1.198)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	(41)	3
Efeito líquido no resultado do período	2.139	(1.485)
Reconhecimento de perda	(41)	(1.517)
Reversão de perda	2.180	33
Balanco Patrimonial		
Imobilizado	2.180	(539)
Intangível	-	(946)
Ativos mantidos para venda	-	(3)
Investimentos	(41)	3
Efeito líquido no balanço patrimonial	2.139	(1.485)

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização no período ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em períodos anteriores.

No período de janeiro a março de 2026, foram reconhecidas reversões de perdas líquidas no resultado, no montante de R\$ 2.139, destacando-se a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), localizada em Três Lagoas/MS, no valor de R\$ 2.164, cuja aprovação de retomada do projeto resultou em estimativa de geração de caixa futura positiva para o ativo, com aumento do seu valor recuperável.

No período de janeiro a março de 2025, foram reconhecidas perdas líquidas no resultado, no montante de R\$ 1.485, destacando-se a avaliação da não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos, no valor de R\$ 1.198.

21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	2026	Consolidado 2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ⁽¹⁾		
Imobilizado		
Saldo inicial	13.357	9.131
Adições	1.447	1.424
Baixas	(76)	(10)
Ajustes acumulados de conversão	(59)	(76)
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	-	(252)
Saldo final	14.669	10.217
Intangível		
Saldo inicial	9.157	9.966
Adições	3	-
Ajustes acumulados de conversão	(5)	-
Perdas em projetos sem viabilidade econômica		(946)
Saldo final	9.155	9.020
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	23.824	19.237

(1) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

As adições de janeiro a março de 2026 referem-se, principalmente, a perfuração de poços associados às áreas do pré-sal dos blocos exploratórios FZA-M-59, na bacia do Foz do Amazonas, e ARAM, na Bacia de Santos.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	2026	Consolidado 2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	(629)	(533)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura) ⁽¹⁾	(85)	(1.202)
Penalidades contratuais de conteúdo local	(10)	(32)
Outras despesas exploratórias	(2)	(44)
Total	(726)	(1.811)
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	631	577
Investimentos	1.456	1.410
Total	2.087	1.987

(1) Inclui valores referente à avaliação da não economicidade dos blocos exploratórios (nota explicativa 20).

21.1. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à ANP no total de R\$ 10.433 (R\$ 7.756 em 31 de dezembro de 2025) para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, os quais encontram-se líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 7.471 (R\$ 7.471 em 31 de dezembro de 2025) correspondem ao penhor da capacidade de produção futura de petróleo dos campos de Marlim e Búzios que já se encontram na fase de produção, e R\$ 2.962 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2025) referem-se a garantias bancárias.

22. Investimentos

22.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	346.312	130	149	133	346.724
Aportes de capital	50	-	157	-	207
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	1.010	13	(144)	9	888
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(18.142)	-	-	-	(18.142)
Outros resultados abrangentes	7	-	7	-	14
Dividendos	(6)	(1)	-	-	(7)
Saldo em 31 de março de 2026	329.231	142	169	142	329.684

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	365.419	145	124	710	366.398
Aportes de capital	62	-	11	-	73
Reorganizações, redução de capital e outros	(110)	-	-	-	(110)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	4.941	11	23	321	5.296
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(27.152)	-	-	(802)	(27.954)
Outros resultados abrangentes	(2)	-	-	685	683
Dividendos	(117)	-	-	(3)	(120)
Saldo em 31 de março de 2025	343.041	156	158	911	344.266

(1) Inclui outros investimentos.

22.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.558	466	3.024
Aportes de capital	157	6	163
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	20	33	53
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(124)	(32)	(156)
Outros resultados abrangentes	7	-	7
Saldo em 31 de março de 2026	2.618	473	3.091

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.971	1.110	4.081
Aportes de capital	11	16	27
Reorganizações, redução de capital e outros	-	(24)	(24)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	177	318	495
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(209)	(832)	(1.041)
Outros resultados abrangentes	-	685	685
Dividendos	(42)	(3)	(45)
Saldo em 31 de março de 2025	2.908	1.270	4.178

(1) Inclui outros investimentos

23. Vendas de ativos e outras operações com ativos

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

	E&P	31.03.2026 Total	Consolidado 31.12.2025 Total
Ativos classificados como mantidos para venda			
Investimentos	1	1	1
Imobilizado	136	136	135
Total	137	137	136
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda			
Provisão para desmantelamento de áreas	572	572	566
Total	572	572	566

23.1. Ativos contingentes em vendas de ativos e outras operações

Algumas vendas de ativos e acordos celebrados pela companhia preveem recebimentos condicionados a cláusulas contratuais, especialmente relacionadas à variação do *Brent* nas operações relativas a ativos de E&P.

O quadro a seguir apresenta, para cada operação, a data de fechamento, o valor da transação, o ativo reconhecido em contrapartida de outras receitas operacionais e o valor de ativos contingentes na data do balanço:

Operações	Data de fechamento da operação	No fechamento da operação US\$ milhões	Ativo reconhecido no período de janeiro a março de 2026		Ativo reconhecido em exercícios anteriores US\$ milhões	Valor de ativos contingentes em 31.03.2026 US\$ milhões
			US\$ milhões	R\$		
Excedentes da Cessão Onerosa						
Sêpia e Atapu ⁽¹⁾	Abr/2022	5.263	122	636	1.514	3.622
Vendas em exercícios anteriores						
Polo Riacho da Forquilha	Dez/2019	62	-	-	58	4
Polos Pampo e Enchova	Jul/2020	650	47	246	358	245
Campo de Baúna	Nov/2020	285	7	36	271	7
Polo Cricaré	Dez/2021	118	-	-	106	12
Polo Peroá	Ago/2022	43	-	-	26	17
Papa-Terra	Dez/2022	90	-	-	54	36
Albacora Leste	Jan/2023	250	-	-	225	25
Polo Norte Capixaba	Abr/2023	66	-	-	33	33
Polo Golfinho e Polo Camarupim	Ago/2023	60	-	-	20	40
Total		6.887	176	918	2.665	4.041

(1) O valor registrado em outras receitas operacionais considera ajuste a valor presente (nota explicativa 06). O valor estimado da operação de US\$ 5.263 milhões foi reduzido para US\$ 5.258 milhões. Para mais informações, consultar a nota explicativa 29.2, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

24. Financiamentos

24.1. Saldo por tipo de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Mercado bancário	29.651	24.840	29.501	24.685
Mercado de capitais	14.875	16.600	14.526	16.264
Bancos de fomento ⁽¹⁾	2.872	2.927	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa 28.3)	-	-	57.064	58.746
Outros financiamentos	5	14	-	-
Total no país	47.403	44.381	101.091	99.695
Mercado bancário	16.218	16.952	4.425	4.577
Mercado de capitais	72.145	76.940	-	-
Agência de crédito à exportação	7.354	6.544	1.905	-
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	-	-	394.913	411.186
Outros financiamentos	604	672	-	-
Total no exterior	96.321	101.108	401.243	415.763
Total de financiamentos	143.724	145.489	502.334	515.458
Circulante	12.970	12.027	201.283	160.408
Não circulante	130.754	133.462	301.051	355.050

(1) Inclui BNDES.

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Financiamentos de curto prazo	120	112	27.378	18.480
Parcela corrente de financiamentos de longo prazo	10.326	8.888	168.741	137.813
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	2.524	3.027	5.164	4.115
Circulante	12.970	12.027	201.283	160.408

O saldo em mercado de capitais é composto, principalmente, por R\$ 69.287 em *global notes*, emitidos no exterior pela PGF, além de R\$ 9.661 em debêntures e R\$ 4.865 em notas comerciais escriturais, ambas emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os *global notes* possuem vencimentos entre 2027 e 2115 e não exigem garantias reais. Tais financiamentos foram realizados em dólares e libras, sendo 93% e 7% do total de *global notes*, respectivamente.

As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2029 e 2045, não exigem garantias reais e não são conversíveis em ações ou em participações societárias.

Em 31 de março de 2026, não ocorreram inadimplementos (*default*), quebra de *covenants (breaches)* ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2025. A Petrobras garante, de modo integral, incondicional e irrevogável, os *global notes* emitidos no mercado de capitais por sua subsidiária integral PGF e os contratos de empréstimos de sua subsidiária integral PGT.

24.2. Movimentação

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	44.381	101.108	145.489
Captações	5.022	1.926	6.948
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(2.452)	(754)	(3.206)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(900)	(2.178)	(3.078)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	1.277	1.518	2.795
Variações monetárias e cambiais	75	(370)	(295)
Ajuste acumulado de conversão	-	(4.929)	(4.929)
Saldo de 31 de março de 2026	47.403	96.321	143.724

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.446	108.980	143.426
Captações	2.991	18	3.009
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(1.135)	(829)	(1.964)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(657)	(2.162)	(2.819)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	943	1.730	2.673
Variações monetárias e cambiais	100	(486)	(386)
Ajuste acumulado de conversão	-	(7.088)	(7.088)
Saldo de 31 de março de 2025	36.688	100.163	136.851

(1) Inclui pré-pagamentos.

(2) Inclui apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

24.3. Reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento – Consolidado

	2026 Jan-Mar			2025 Jan-Mar		
	Captações	Amortiza- ções de Principal	Amortiza- ções de Juros	Captações	Amortiza- ções de Principal	Amortiza- ções de Juros
Movimento em financiamentos	6.948	(3.206)	(3.078)	3.009	(1.964)	(2.819)
Depósitos vinculados ⁽¹⁾	-	(407)	(25)	-	(813)	(129)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	6.948	(3.613)	(3.103)	3.009	(2.777)	(2.948)

(1) Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank, com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a março de 2026, a companhia:

- liquidou o total de R\$ 6.716, sendo: (i) R\$ 4.025 no mercado de capitais; (ii) R\$ 1.621 no mercado bancário; (iii) R\$ 863 nas agências de crédito à exportação; (iv) R\$ 136 nos bancos de fomento; e (v) R\$ 71 nas demais operações; e
- captou o total de R\$ 6.948, destacando-se: (i) R\$ 5.016 no mercado bancário nacional e (ii) R\$ 1.910 nas agências de crédito à exportação.

24.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

	Consolidado							
Vencimento em	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total ⁽¹⁾	Valor justo ⁽⁴⁾
Financiamentos em Dólares :	6.411	10.666	8.370	3.334	11.349	49.921	90.051	89.067
Indexados a taxas flutuantes ⁽²⁾	5.527	7.091	2.916	941	3.839	4.759	25.073	
Indexados a taxas fixas	884	3.575	5.454	2.393	7.510	45.162	64.978	
Taxa média a.a.	6,2%	6,0%	5,6%	6,0%	6,1%	6,6%	6,4%	
Financiamentos em Reais :	1.488	1.034	722	5.322	3.347	31.295	43.208	40.278
Indexados a taxas flutuantes ⁽³⁾	1.348	227	223	223	2.813	28.711	33.545	
Indexados a taxas fixas	140	807	499	5.099	534	2.584	9.663	
Taxa média a.a.	10,4%	10,0%	10,1%	10,1%	10,6%	8,4%	9,7%	
Financiamentos em Euro :	69	9	536	132	265	1.847	2.858	2.836
Indexados a taxas fixas	69	9	536	132	265	1.847	2.858	
Taxa média a.a.	4,6%	4,7%	4,6%	4,7%	4,7%	4,8%	4,7%	
Financiamentos em Libras :	55	39	-	2.024	-	2.839	4.957	4.941
Indexados a taxas fixas	55	39	-	2.024	-	2.839	4.957	
Taxa média a.a.	6,2%	6,1%	-	6,1%	-	6,6%	6,3%	
Financiamentos em Renminbi :	50	25	24	24	2.527	-	2.650	2.601
Indexados a taxas flutuantes	50	25	24	24	2.527	-	2.650	
Taxa média a.a.	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	-	3,1%	
Total em 31 de março de 2026	8.073	11.773	9.652	10.836	17.488	85.902	143.724	139.723
Taxa média a.a. ⁽⁴⁾	7,4%	7,1%	6,9%	7,2%	7,3%	6,7%	6,8%	

(1) Em 31 de março de 2026, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 11,33 anos (11,70 anos em 31 de dezembro de 2025).

(2) Operações com indexador variável + spread fixo.

(3) Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.

(4) Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo total é de R\$ 142.557 e a taxa média ao ano é de 6,7%.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 68.294 (R\$ 73.678, em 31 de dezembro de 2025); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 71.429 (R\$ 68.879, em 31 de dezembro de 2025).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Consolidado	
						em diante	31.03.2026	31.12.2025
Principal	5.746	11.672	10.173	11.117	18.089	87.953	144.750	146.219
Juros	7.736	10.143	9.263	8.992	8.037	76.357	120.528	124.828
Total⁽¹⁾	13.482	21.815	19.436	20.109	26.126	164.310	265.278	271.047

(1) O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 25.

24.5. Linhas de crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Consolidado
						Saldo em 31.03.2026
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
PGT BV	Sindicato de Bancos	16/12/2021	16/11/2028	4.111	-	4.111
PGT BV	Sindicato de Bancos	08/07/2025	16/11/2028	1.060	-	1.060
Total				5.171	-	5.171
No país						
Petrobras	Bradesco	22/12/2025	22/11/2030	1.500	-	1.500
Petrobras	Banco Itaú	30/07/2025	31/07/2030	1.500	-	1.500
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/09/2030	3.500	-	3.500
Petrobras	Banco do Brasil	04/10/2018	04/09/2029	4.000	-	4.000
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				10.829	-	10.829

25. Arrendamentos

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Arrendadores		Consolidado
	no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.567	201.969	238.536
Remensuração/Novos contratos	6.891	3.190	10.081
Pagamentos de principal e juros	(2.937)	(9.897)	(12.834)
Encargos incorridos no período	789	2.813	3.602
Variações monetárias e cambiais	(1.058)	(10.343)	(11.401)
Ajuste acumulado de conversão	-	(27)	(27)
Transferências	3	7	10
Saldo em 31 de março de 2026	40.255	187.712	227.967
Circulante			53.477
Não Circulante			174.490

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Arrendadores		Consolidado
	no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.959	196.082	230.041
Remensuração/Novos contratos	2.303	25.404	27.707
Pagamentos de principal e juros	(3.393)	(8.844)	(12.237)
Encargos incorridos no período	688	2.986	3.674
Variações monetárias e cambiais	(1.317)	(14.339)	(15.656)
Ajuste acumulado de conversão	-	(66)	(66)
Saldo em 31 de março de 2025	32.240	201.223	233.463
Circulante			50.764
Não Circulante			182.699

Em 31 de março de 2026, o valor do passivo de arrendamento da Petrobras Controladora é de R\$ 231.751 (R\$ 243.122 em 31 de dezembro de 2025), incluindo arrendamentos e subarrendamentos com empresas investidas, principalmente com a Transpetro.

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

							Consolidado
Vencimento em	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total ⁽¹⁾
Valor nominal em 31 de março de 2026	42.295	45.955	34.296	23.583	17.828	173.146	337.103

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de Fluxo de pagamentos - Futuro Nominal é de R\$ 355.731.

Em determinados contratos, há pagamentos variáveis e prazos inferiores a 1 ano que são reconhecidos como despesa:

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Pagamentos variáveis	1.730	1.359
Prazo inferior a 1 ano	45	10
Pagamentos variáveis em relação a pagamentos fixos	13%	11%

Em 31 de março de 2026, o valor nominal dos contratos de arrendamento ainda não iniciados totalizam R\$ 98.815 (R\$ 112.009 em 31 de dezembro de 2025). A redução decorreu principalmente de rescisões contratuais relacionadas a contratos de embarcações, além do efeito cambial no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital subscrito e integralizado

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado conforme quadro abaixo:

Ações	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor	Quantidades de ações	Valor	Quantidades de ações
Ordinárias	118.621	7.442.231.382	118.621	7.442.231.382
Preferenciais	86.811	5.446.501.379	86.811	5.446.501.379
Total de ações subscritas e integralizadas	205.432	12.888.732.761	205.432	12.888.732.761

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

26.2. Reservas de lucros

O quadro a seguir demonstra a composição das reservas de lucros:

	Controladora					Total
	Legal	Estatutária Custeio dos programas de P&D	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Dividendos e JCP adicionais propostos	
Saldos em 1º de janeiro de 2025	41.086	10.272	8.289	26.185	9.145	94.977
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	(5.563)	-	(5.563)
Saldos em 31 de março de 2025	41.086	10.272	8.289	20.622	9.145	89.414
Saldos em 1º de janeiro de 2026	41.086	10.272	9.104	89.528	8.072	158.062
Saldos em 31 de março de 2026	41.086	10.272	9.104	89.528	8.072	158.062

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 155.541.409 ações preferenciais e 222.760 ações ordinárias, cujos efeitos foram refletidos nas reservas de capital (R\$ 7) e de retenção de lucros (R\$ 5.563), em contrapartida à conta de ações em tesouraria.

26.3. Outros resultados abrangentes

A composição dos outros resultados abrangentes é detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	(41.666)	(41.665)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações	(12.422)	(27.207)
Ajustes de conversão em investidas	100.720	118.862
Outros	(1.014)	(1.020)
Total	45.618	48.970

26.4. Remuneração aos acionistas

Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) relativos ao exercício de 2025

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos e os JCP relativos ao exercício de 2025, no montante de R\$ 41.236, correspondendo a R\$ 3,19936420 por ação preferencial e ordinária em circulação. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 33.164, e a remuneração complementar de R\$ 8.072 que, em 31 de dezembro de 2025, está destacada no patrimônio líquido como dividendo e JCP adicionais propostos.

A remuneração complementar de R\$ 8.072, equivalentes a R\$ 0,62622908 por ação preferencial e ordinária em circulação, foi reclassificada do patrimônio líquido para o passivo na data da aprovação da AGO e será paga em duas parcelas iguais nos dias 20 de maio e 22 de junho de 2026 sob a forma de juros sobre o capital próprio, com atualização pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2025 até a data de cada pagamento.

Os JCP da remuneração complementar do exercício de 2025 resultaram em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social de R\$ 2.744. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF), exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente. O benefício fiscal relacionado aos JCP complementares será reconhecido no segundo trimestre de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que estabelece a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos a uma pessoa física domiciliada no Brasil, quando ultrapassarem R\$ 50 mil no mês. A alíquota de 10% também incide sobre dividendos distribuídos ao exterior à pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, exceto em situações específicas estabelecidas na legislação. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu a elevação da alíquota do IRRF incidente sobre o JCP, de 15% para 17,5%. A incidência da nova tributação sobre os dividendos e da nova alíquota sobre o JCP é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2026.

Dividendos e JCP a pagar

Em 31 de março de 2026, não há saldo de dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Petrobras (R\$ 11.415 em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrado na movimentação abaixo.

	2026	Controladora 2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Movimentação do saldo de dividendos e JCP a pagar		
Saldo inicial	11.415	16.334
Pagamento	(11.639)	(16.587)
Atualização monetária	298	370
Transferências (dividendos e JCP não reclamados)	(45)	(66)
IRRF sobre JCP e atualização monetária	(29)	(51)
Saldo final	-	-

No período de janeiro a março de 2026, a Petrobras realizou os seguintes desembolsos de dividendos e JCP:

Eventos	Data de pagamento	Provento deliberado líquido IRRF	Atualização monetária	IRRF s/ atualização monetária	Dividendos não reclamados	Total pago
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2025 ⁽¹⁾	Fev-Mar/2026	11.415	298	(29)	(49)	11.635
Pagamentos residuais de dividendos e JCP de exercícios anteriores	Jan-Mar/2026	-	-	-	4	4
Total		11.415	298	(29)	(45)	11.639

(1) Valor bruto deliberado de R\$ 12.157, sendo R\$ 3.821 de dividendos e R\$ 8.336 de JCP, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 742 recolhido em 2025.

Dividendos e JCP não reclamados

Em 31 de março de 2026, o saldo dos dividendos e JCP não reclamados pelos acionistas da Petrobras representa R\$ 982 (R\$ 1.029 em 31 de dezembro de 2025) registrado em outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 17. O pagamento desses dividendos e JCP não foi efetivado, principalmente, pela existência de pendências cadastrais de responsabilidade dos acionistas junto ao banco custodiante das ações da companhia.

	2026	Controladora 2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Movimentação dos dividendos e JCP não reclamados		
Saldo inicial	1.029	1.708
Prescrição	(92)	-
Transferências (dividendos e JCP a pagar)	45	66
Saldo final	982	1.774

26.5. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações		
Lucro líquido do período		
Ordinárias	18.860	20.330
Preferenciais	13.803	14.879
	32.663	35.209
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.446.501.379	5.446.501.379
	12.888.732.761	12.888.732.761
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)		
Ordinárias	2,53	2,73
Preferenciais	2,53	2,73

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Petrobras não possuir ações potenciais.

27. Gerenciamento de riscos financeiros

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua.

A companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 1 ano, com exceção das operações com derivativos de commodities, para as quais é aplicado horizonte de 3 meses, em virtude da característica de curto prazo dessas transações.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos e do *hedge accounting* são demonstrados a seguir:

27.1. Demonstração de resultado e demonstração de resultados abrangentes

Resultado

	Consolidado	
	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Risco cambial		
Cross currency swap - CDI x US\$ - 27.3.1 (b)	228	162
Outros derivativos	-	(1)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	(2.665)	(4.228)
Risco de taxa de juros		
Swap - IPCA x CDI - 27.3.1 (b)	(5)	68
Reconhecido em Resultado Financeiro	(2.442)	(3.999)
Risco de preço (derivativos de commodities)		
Reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(677)	10
Total	(3.119)	(3.989)

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do período.

Outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	22.399	33.168
Tributos diferidos sobre o lucro	(7.616)	(11.277)
Total	14.783	21.891

27.2. Balanço patrimonial

Ativos e passivos

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	(751)	(134)
Operações com derivativos encerradas e não liquidadas financeiramente	465	(26)
Total reconhecido no balanço patrimonial	(286)	(160)
Outros ativos (nota explicativa 17)	1.681	563
Outros passivos (nota explicativa 17)	(1.967)	(723)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela companhia, que representa sua exposição a riscos, está apresentado a seguir:

	Consolidado					
	Valor nominal		Valor Justo		Hierarquia do valor justo	Vencimento
	31.03.2026	31.12.2025	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2025		
Derivativos não designados como Hedge accounting						
Risco cambial						
Cross currency swap - CDI x US\$ ⁽¹⁾	US\$ 488	US\$ 488	(347)	(466)	Nível 2	2029
Contrato a termo - Venda/Câmbio (BRL/USD) ⁽¹⁾	(US\$ 26)	(US\$ 20)	2	(1)	Nível 2	2026
Risco de taxa de juros						
Swap - IPCA X CDI						2029/2034/
	3.308	3.008	439	293	Nível 2	2036
Risco de preço						
Contratos Futuros - petróleo e derivados ⁽²⁾	(2.053)	(3.045)	(845)	39	Nível 1	2026
Swap - Óleo de Soja - Posição vendida ⁽³⁾	(5)	-	-	-	Nível 2	2026
Opções - Compra/Óleo de Soja - Posição vendida ⁽³⁾	(2)	(4)	-	1	Nível 2	2026
Total de operações com derivativos em aberto			(751)	(134)		

(1) Valores em US\$ (dólares) representam milhões das respectivas moedas.

(2) Valor nominal em mil bbl.

(3) Valor nominal em mil toneladas (operações da controlada PBIIO).

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em outros ativos e passivos:

	Consolidado	
	Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	31.03.2026	31.12.2025
Derivativos de commodities	527	278

Patrimônio líquido

	Consolidado	
	Perda acumulada em outros resultados abrangentes	
	31.03.2026	31.12.2025
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	(18.823)	(41.222)
Tributos diferidos sobre o lucro	6.401	14.015
Total	(12.422)	(27.207)

27.3. Risco de mercado

27.3.1. Gerenciamento de risco cambial

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

A companhia utiliza o *hedge accounting* para o risco decorrente das variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares (instrumentos de proteção).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2026, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 5,2194, são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2026	
				US\$ milhões	R\$
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R\$ x US\$	De abr/2026 a mar/2036	73.017	381.103
Movimentação do valor de referência (principal e juros)				US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2025				72.080	396.615
Novas designações, revogações e redesignações				9.768	50.956
Realização por exportações				(3.654)	(19.326)
Amortização de endividamento				(5.177)	(27.204)
Variação cambial				-	(19.938)
Designação em 31 de março de 2026				73.017	381.103
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos e passivos de arrendamento) designados em 31 de março de 2026				93.757	489.357

No período de janeiro a março de 2026, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 204 referente à inefetividade na linha de variação cambial (ganho cambial de R\$ 479 no período de janeiro a março de 2025).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 71,2% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a variação cambial acumulada, registrada no patrimônio líquido, a ser realizada pelas exportações futuras:

	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	(41.222)	(98.094)
Reconhecido no patrimônio líquido	19.734	28.940
Transferido para resultado por realização	2.665	4.228
Outros resultados abrangentes	22.399	33.168
Saldo final	(18.823)	(64.926)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PN 26-30, não indicaria a necessidade de reclassificação da variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 março de 2026 é demonstrada a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	Consolidado	
						2031 em diante	Total
Expectativa de realização	(5.906)	(8.461)	(5.029)	(4.280)	337	4.516	(18.823)

b) Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Petrobras contratou em 2019 operações de derivativos com o objetivo de se proteger de exposição decorrente da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com operações de swap de juros IPCA x CDI, com vencimento em setembro de 2029 e setembro de 2034, e operações de cross-currency swap CDI x Dólar, com vencimento em setembro de 2029.

A metodologia utilizada para cálculo do valor justo desta operação de swap consiste em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato e as projeções das curvas de DI, cupom IPCA e cupom cambial, descontando a valor presente pela taxa livre de risco. As curvas são obtidas na Bloomberg com base nos contratos futuros negociados na bolsa.

Em seguida, a marcação a mercado é ajustada ao risco de crédito das instituições financeiras, que não é relevante em volume financeiro, considerando que a companhia utiliza bancos de primeira linha.

Alterações das curvas futuras de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da companhia, em função do valor de mercado desses contratos de swap. Na elaboração da análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros, o choque paralelo nesta curva foi estimado em função do prazo médio de vencimento dos *swaps* e da metodologia sobre o horizonte de aplicação da sensibilidade, citada anteriormente, que resultou em impacto de 554 BP (basis points) na taxa de juros estimada. O efeito desta análise de sensibilidade, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, está apresentada na tabela a seguir:

	Consolidado Cenário razoavelmente possível
Instrumento	
Swap CDI x US\$	(74)

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

As análises de sensibilidade abrangem apenas a variação cambial e mantém todas as demais variáveis constantes. O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, boletim Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo ano, conforme a seguir:

- Dólar x real - desvalorização do real em 3,46%
- Euro x dólar - valorização do euro em 4,19%;
- Libra x dólar - valorização da libra em 3,15%; e
- Renmimbi x dólar – valorização renmimbi em 1,62%.

O cenário razoavelmente possível possui as mesmas referências e considera a desvalorização de 20% do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em relação à moeda de referência durante o período analisado à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco	Instrumentos	Exposição		Cenário provável	Consolidado
		Em milhões de US\$	R\$		Cenário razoavelmente possível
Dólar / real	Ativos	6.592	34.406	1.191	6.881
	Passivos	(120.761)	(630.301)	(21.809)	(126.060)
	Câmbio - cross currency swap	(488)	(2.548)	(88)	(510)
	Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	73.017	381.103	13.187	76.221
	Dólar/real	(41.640)	(217.340)	(7.519)	(43.468)
Euro / dólar	Ativos	1.251	6.532	274	1.307
	Passivos	(1.679)	(8.761)	(368)	(1.752)
	Euro/dólar	(428)	(2.229)	(94)	(445)
Libra / dólar	Ativos	967	5.045	159	1.009
	Passivos	(1.901)	(9.924)	(313)	(1.985)
	Libra/dólar	(934)	(4.879)	(154)	(976)
Renmimbi / dólar	Ativos	1	3	-	1
	Passivos	(509)	(2.659)	(43)	(532)
	Renmimbi/dólar	(508)	(2.656)	(43)	(531)
Outros ⁽¹⁾	Ativos	4	20	1	4
	Passivos	(89)	(465)	(35)	(93)
	Outros	(85)	(445)	(34)	(89)
Total		(43.595)	(227.549)	(7.844)	(45.509)

(1) Libra/real, Euro/real e Peso/dólar.

27.3.2. Gerenciamento de risco de preços – petróleo, derivados e outras commodities

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

A companhia, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de commodities para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de commodities, o cenário provável utiliza referências externas à companhia, de amplo uso no apereamento de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 31 de março de 2026, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

Risco	Operações	Cenário provável	Consolidado
			Cenário razoavelmente possível
Derivativos não designados como Hedge accounting			
Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(204)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(7)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Opções	-	(3)
Câmbio - Desvalorização do R\$ frente ao US\$	Contratos a termo	-	(13)
Total		-	(227)

As posições com derivativos de commodities estão apresentadas na nota explicativa 27.2.

27.3.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de flutuações das taxas de juros, adotando ações estruturais que levem em consideração os impactos na exposição integrada aos riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o cenário provável significa o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 31 de março de 2026. O valor do cenário razoavelmente possível significa o desembolso caso ocorra uma variação de 40% nessas taxas de juros, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Risco	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
CDI	3.722	5.211
SOFR 3M ⁽¹⁾	562	731
SOFR 6M ⁽¹⁾	390	466
SOFR O/N ⁽¹⁾	346	484
IPCA	606	848
TJLP	314	439
LPR 12M ⁽²⁾	81	113
TR	21	29
Total	6.042	8.321

(1) Representa a Secured Overnight Funding Rate.

(2) Loan Prime Rate.

27.4. Gerenciamento de risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado, quantificando por meio de simulações de Monte Carlo os seus principais fatores de risco, tais como preço de petróleo, taxa de câmbio, preços internacionais de gasolina e diesel, entre outros. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do Plano de Negócios.

Nesse contexto, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Petrobras, mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez.

Adicionalmente, a companhia mantém linhas de crédito compromissadas (*revolving credit facilities*) contratadas como reserva de liquidez em situações adversas, conforme nota explicativa 24.5, e avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

Os fluxos de caixa esperados relativos ao endividamento são apresentados nas notas explicativas 24.4 e 25, financiamentos e passivo de arrendamento, respectivamente.

27.5. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

Em 31 de março de 2026, os ativos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não estão vencidos e não têm evidências de perdas de crédito material. Tais ativos possuem valores justos equivalentes que não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O efeito das avaliações do risco de crédito das contas a receber de clientes está disponível nas notas explicativas 9.2 e 9.3, que apresentam as perdas de crédito esperadas.

28. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

28.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	31.03.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber (nota explicativa 9.1)	23.582	867	24.449	15.592	924	16.516
Contas a receber, principalmente por vendas	23.395	-	23.395	15.398	-	15.398
Dividendos a receber	155	-	155	160	-	160
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	654	654	-	698	698
Outras operações	32	213	245	34	226	260
Adiantamentos a fornecedores (nota explicativa 11)	242	1.377	1.619	86	1.377	1.463
Total	23.824	2.244	26.068	15.678	2.301	17.979
Passivo						
Arrendamentos ⁽¹⁾	(866)	(540)	(1.406)	(1.271)	(641)	(1.912)
Operações de mútuo	(13.708)	(178.391)	(192.099)	(9.461)	(156.992)	(166.453)
Pré pagamento de exportação	(123.989)	(78.825)	(202.814)	(90.471)	(154.263)	(244.734)
Fornecedores (nota explicativa 12)	(8.905)	-	(8.905)	(9.297)	-	(9.297)
Compras de petróleo, derivados e outras	(8.150)	-	(8.150)	(8.579)	-	(8.579)
Afretamento de plataformas	(218)	-	(218)	(204)	-	(204)
Adiantamentos de clientes	(537)	-	(537)	(514)	-	(514)
Total	(147.468)	(257.756)	(405.224)	(110.500)	(311.896)	(422.396)

(1) Inclui valores referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos com empresas do sistema requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

	2026 Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Resultado		
Receitas, principalmente de vendas	48.258	33.721
Variações monetárias e cambiais líquidas ⁽²⁾	10.442	14.820
Receitas (despesas) financeiras líquidas ⁽²⁾	(8.133)	(8.568)
Total - Receitas (Despesas)	50.567	39.973

(2) Inclui os valores de R\$ 27 de variação cambial ativa e R\$ 44 de despesa financeira referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06

(R2) (R\$ 78 de variação cambial ativa e R\$ 82 de despesa financeira para o período de janeiro a março de 2025).

28.2. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025
De 5,01 a 6%	(11.095)	(7.579)
De 6,01 a 7%	(22.906)	(3.136)
De 7,01 a 8%	(93.663)	(80.309)
De 8,01 a 9%	(64.435)	(75.429)
Total	(192.099)	(166.453)

28.3. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por afiliadas. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante e não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	
Contas a receber, líquidas (nota explicativa 9.1)	56.276	54.686	
Cessões de direitos creditórios (nota explicativa 24.1)	(57.064)	(58.746)	
		2026	2025
		Jan-Mar	Jan-Mar
Receita financeira FIDC-NP	1.584	2.073	
Despesa financeira FIDC-NP	(1.664)	(2.076)	
Resultado financeiro	(80)	(3)	

28.4. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às suas subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior. As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam o saldo de R\$ 91.512 a liquidar em 31 de março de 2026 (R\$ 97.202 em 31 de dezembro de 2025).

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, não remuneradas, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

28.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	31.03.2026		Consolidado 31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	97	36	184	152
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	215	106	238	149
Subtotal	312	142	422	301
Entidades governamentais				
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	2.491	-	3.037	-
Bancos controlados pela União Federal	93.311	22.728	88.187	20.855
Subvenção de óleo diesel de uso rodoviário (nota explicativa 28.5.1)	741	-	-	-
União Federal ⁽¹⁾	-	1.375	-	4.915
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	-	279	-	639
Outros	1.044	368	1.001	938
Subtotal	97.587	24.750	92.225	27.347
Petros	282	1.471	275	1.704
Total	98.181	26.363	92.922	29.352
Circulante	13.783	2.671	10.435	7.993
Não circulante	84.398	23.692	82.487	21.359

(1) Inclui valores de dividendos e arrendamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

	2026	Consolidado
	Jan-Mar	2025
		Jan-Mar
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Empresas do setor petroquímico	4.551	4.751
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	55	65
Subtotal	4.606	4.816
Entidades governamentais		
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	86	174
Bancos controlados pela União Federal	(154)	(262)
Subvenção de óleo diesel de uso rodoviário (nota explicativa 28.5.1)	741	-
União Federal	(126)	(147)
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	(94)	(1.484)
Outros	(617)	(388)
Subtotal	(164)	(2.107)
Petros	(24)	(23)
Total - Receitas (Despesas)	4.418	2.686
Receitas, principalmente de vendas	5.319	4.783
Receitas (despesas) operacionais	(665)	(1.870)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(100)	(88)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(136)	(139)
Total - Receitas (Despesas)	4.418	2.686

O passivo com planos de pensão dos empregados da companhia geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 14.2.

28.5.1. Subvenção à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional

A Petrobras aderiu, em março de 2026, à subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional, instituída pela Medida Provisória (MP) nº 1.340, de 12 de março de 2026, do Governo Federal. Este programa possibilita a equalização de parte dos custos aos produtores e aos importadores de óleo diesel de uso rodoviário que comprovem preços de venda praticados às distribuidoras iguais ou inferiores ao preço determinado pela União, conforme metodologia definida pela ANP.

O 1º período de apuração da subvenção iniciou em 12 de março e foi concluído em 31 de março, sendo o recebimento até o último dia útil do mês subsequente ao do respectivo período de apuração, desde que a documentação seja disponibilizada para ANP no prazo e não haja retificação. Esta documentação visa comprovar a regularidade fiscal e a aplicação dos preços comercializados conforme legislação.

A subvenção corresponde a R\$ 0,32 por litro de óleo diesel de uso rodoviário comercializado. A subvenção possui vigência no período de 12 de março de 2026 a 31 de dezembro de 2026, podendo ser encerrada antecipadamente em função do atingimento do limite orçamentário fixado pelo Governo Federal.

O reconhecimento da receita nas demonstrações financeiras da companhia ocorre na medida em que o óleo diesel de uso rodoviário foi vendido e entregue às distribuidoras. Este direito é reconhecido em contas a receber.

Em 31 de março de 2026, a companhia possui registrado como contas a receber o valor de R\$ 741 relativo ao 1º período de apuração previsto no programa. Este valor tem efeito no resultado de R\$ 672, líquido da tributação de PIS e COFINS, conforme nota explicativa 4.

28.6. Remuneração dos membros chave da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia, sendo apresentadas a seguir:

	Jan-Mar/2026			Controladora Jan-Mar/2025		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	4,5	0,4	4,9	4,3	0,3	4,6
Encargos sociais	1,2	0,1	1,3	1,2	0,1	1,3
Previdência complementar	0,3	-	0,3	0,4	-	0,4
Remuneração total	6,0	0,5	6,5	5,9	0,4	6,3
Remuneração total - pagamento realizado ⁽¹⁾	6,0	0,5	6,5	6,0	0,4	6,4
Número de membros - média mensal no período	9,00	11,00	20,00	9,00	11,00	20,00
Número de membros remunerados - média mensal no período	9,00	9,00	18,00	9,00	8,00	17,00

(1) Inclui, em Diretoria Executiva, parcela da remuneração variável para os Administradores relativa a exercícios anteriores.

No período de janeiro a março de 2026, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros totalizou R\$ 18,05 (R\$ 16,56 no período de janeiro a março de 2025).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem dos Comitês de Auditoria Estatutários renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 0,34 no período de janeiro a março de 2026 (R\$ 0,40, considerando os encargos sociais). No período de janeiro a março de 2025, a remuneração acumulada no período foi de R\$ 0,48 (R\$ 0,56, considerando os encargos sociais).

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 57,22 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2026 e março de 2027 (R\$ 47,57 no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, fixado em 16 de abril de 2025).

29. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

	2026	Consolidado
	Jan-Mar	2025 Jan-Mar
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.556	2.488
Transações que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	2.338	2.341
Arrendamentos	10.971	28.645
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	(2)	34
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingências	464	194
<i>Earnout</i> dos campos de Atapu e Sépia	616	403

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

29.1. Reconciliação da depreciação com demonstração dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Mar	Jan-Mar
Depreciação e depleção no Imobilizado	26.735	22.926
Amortização no Intangível	241	169
	26.976	23.095
Depreciação de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(105)	(242)
Parcela capitalizada da depreciação	(5.257)	(3.877)
Depreciação, depleção e amortização na DFC e na DVA	21.614	18.976

30. Eventos subsequentes

Compra de participação no campo de Tartaruga Verde e no Modulo III do campo de Espadarte

Em 09 de abril de 2026, a companhia assinou com a Petronas Petróleo Brasil Ltda contratos para aquisição das participações de 50% dos campos de Tartaruga Verde e Espadarte – Módulo III, localizados na Bacia de Campos, pelo valor de US\$ 450 milhões, sendo: (i) US\$ 50 milhões pagos na data assinatura do acordo; (ii) US\$ 350 milhões no fechamento da operação; e (iii) duas parcelas diferidas, no valor de até US\$ 25 milhões cada, a serem pagas em 12 e 24 meses após o fechamento. Após o cumprimento das condições precedentes, incluindo aprovação da ANP, a Petrobras voltará a deter 100% de participação nos ativos.

Assinatura de novo Acordo de Acionistas na Braskem

Em 23 de abril de 2026, a Petrobras encaminhou notificação à Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, formalizando sua decisão de não exercer os direitos de preferência e de *tag along* previstos no Acordo de Acionistas vigente da Braskem S.A.

Na mesma data, a companhia celebrou um novo Acordo de Acionistas com o Shine I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (FIP), estabelecendo controle compartilhado da Braskem, com previsão de consenso nas deliberações societárias e indicação paritária de membros para o Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo entrará em vigor após a conclusão da transferência de ações da Novonor para o FIP, sendo também previsto um novo Estatuto Social da Braskem.

A Petrobras manterá sua participação de 36,15% no capital total da Braskem, sendo 47,03% do capital votante.

Considerando os termos estabelecidos no novo Acordo de Acionistas com o FIP, o investimento na Braskem passará a ser classificado pela Petrobras como um empreendimento controlado em conjunto, mantendo a avaliação contábil atual do investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Remuneração aos acionistas relativa ao primeiro trimestre de 2026

Em 11 de maio de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de JCP intercalares de R\$ 9.034 (R\$ 0,70097272 por ação preferencial e ordinária em circulação), com base nas informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2026, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	Data de aprovação	Data da posição acionária	Valor por ação PN e ON (R\$)	Valor
JCP intercalares	11.05.2026	01.06.2026	0,70097272	9.034
Total dos JCP intercalares			0,70097272	9.034

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esses JCP serão pagos em duas parcelas iguais de R\$ 4.517, nos dias 20 de agosto de 2026 e 21 de setembro de 2026. Os valores serão atualizados pela taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento de cada parcela até o final do exercício social, em 31 de dezembro de 2026, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2026.

Aquisição do ring-fence do Campo de Argonauta na Bacia de Campos

Em 27 de abril de 2026, a companhia celebrou acordo para aquisição do ring-fence do Campo de Argonauta (Concessão BC-10), localizado na Bacia de Campos, pelo montante de R\$ 700 (dos quais R\$ 100 serão pagos no fechamento da operação, e R\$ 600 no fechamento ou em 15 de janeiro de 2027, o que ocorrer por último), além de US\$ 150 milhões (a serem pagos 2 anos após o fechamento da operação). Estes valores estão sujeitos a ajustes contratuais usuais.

A porção adquirida é referente a área do Campo de Argonauta que detém 0,86% da jazida compartilhada do pré-sal de Jubarte ("Jazida Compartilhada de Jubarte"), relacionada ao Acordo de Individualização da Produção ("AIP") vigente desde 1º de agosto de 2025.

Após a conclusão da operação, a participação da companhia na Jazida Compartilhada de Jubarte será elevada para 98,11%, permanecendo 1,89% sob titularidade da União. A transação também encerra negociações relacionadas à equalização de participações e à individualização da produção envolvendo as partes anteriormente detentoras da área.

A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações pela ANP e pelo CADE.

31. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2025	1T-2026
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	1
Práticas contábeis materiais	3	2
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8	3
Receita de vendas	9	4
Custos e despesas por natureza	10	5
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11	6
Resultado financeiro líquido	12	7
Informações por segmento	13	8
Contas a receber	14	9
Estoques	15	10
Pagamentos antecipados	16	11
Fornecedores	17	12
Tributos	18	13
Benefícios a empregados	19	14
Processos judiciais e contingências	20	15
Provisão para desmantelamento de áreas	21	16
Outros ativos e passivos	22	17
Imobilizado	23	18
Intangível	24	19
Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	25	20
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	26	21
Investimentos	28	22
Vendas de ativos e outras operações com ativos	29	23
Financiamentos	30	24
Arrendamentos	31	25
Patrimônio líquido	32	26
Gerenciamento de riscos	33	27
Partes relacionadas	34	28
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35	29
Eventos subsequentes	36	30

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As notas explicativas do relatório anual de 2025, que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2026 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações financeiras intermediárias, são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
A companhia e suas operações	1
Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	4
Mudanças climáticas	5
Novas normas e interpretações	6
Gestão de capital	7
Parcerias em atividades de exploração e produção	27

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2026;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

Magda Maria de Regina Chambriard

Presidente

Renata Faria Rodrigues Baruzzi Lopes

Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

Angélica Garcia Cobas Laureano

Diretora Executiva de Logística, Comercialização e Mercados

Ricardo Wagner de Araújo

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Clarice Coppetti

Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

Sylvia Maria Couto dos Anjos

Diretora Executiva de Exploração e Produção

Fernando Sabbi Melgarejo

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

William França da Silva

Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos e de
Transição Energética e Sustentabilidade



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8